



19 DE OUTUBRO DE 2015

Segunda-feira

- VOLKSWAGEN DISCUTIRÁ PPE NO PARANÁ
- VOLVO ELETRIFICARÁ TODA SUA LINHA DE CARROS
- PIRELLI PODE ADOTAR PPE SE MERCADO NÃO MUDAR
- CONSTELLATION ATINGE 180 MIL UNIDADES VENDIDAS
- CLIENTES DA CHERY PODERÃO CRIAR CARRO PELA INTERNET
- VW TRAZ NOVA CHEFE JURÍDICA DA DAIMLER
- ECONOMIA GLOBAL PROJETA CENÁRIO DECEPCIONANTE, DIZ NOBEL DE ECONOMIA
- ESTADOS E UNIÃO DEBATEM PROJETO QUE UNIFICA ALÍQUOTA DO ICMS
- SEGURO-DESEMPREGO CAI 8% COM REGRAS MAIS DURAS E MENOR ROTATIVIDADE
- ARTIGO: A INDÚSTRIA ASSUSTADA
- GOVERNO ESTÁ ASFIXIANDO AS EMPRESAS', DIZ ESPECIALISTA EM TRIBUTAÇÃO
- NÃO DAR FEEDBACKS CONSTANTES É UM DOS MAIORES ERROS DOS CHEFES; VEJA OUTROS
- VW DESENVOLVEU DIVERSAS VERSÕES DE SOFTWARE PARA FRAUDAR TESTES DE EMISSÕES, DIZEM FONTES
- VOLKSWAGEN COGITA CORTAR TRABALHADORES TEMPORÁRIOS
- EMPRESA LANÇA SOFTWARE PIONEIRO PARA 'PILOTO AUTOMÁTICO' EM CARRO ELÉTRICO
- GM FAZ RECALL DE 400 VEÍCULOS POR DEFEITO EM AIR BAG DA JAPONESA TAKATA
- EX-PRESIDENTE DA VOLKSWAGEN TAMBÉM DEIXA PRESIDÊNCIA DA PORSCHE
- TATA STEEL CORTARÁ 1.200 EMPREGOS, DIZ SINDICATO

- COBRE OPERA EM BAIXA, APÓS DADOS DA CHINA
- COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CAIRÁ 5% NO ANO, PREVÊ PRESIDENTE DA ANAMACO
- PERSPECTIVAS DE INFLAÇÃO PIORAM E ECONOMISTAS VEEM TAXA DE JUROS A 12,75% EM 2016
- GOVERNO TENTA SAÍDA PARA DESTRAVAR MINERAÇÃO
- BRASIL PODE SE BENEFICIAR COM ONDA GLOBAL DE MIGRAÇÕES, DIZ FMI
- INDÚSTRIA DEFENDE LEI MAIS FLEXÍVEL PARA TERCEIRIZAÇÃO
- EMPRESAS DO BRASIL FECHAM US\$ 1,4 BILHÃO EM NEGÓCIOS EM FEIRA NA ALEMANHA
- VOTORANTIM INVESTIRÁ R\$ 1 BILHÃO EM ENERGIA EÓLICA
- O ÁRDUO CAMINHO PERCORRIDO DO LABORATÓRIO PARA A INDÚSTRIA
- A INOVAÇÃO COMO ELO ENTRE UNIVERSIDADES E EMPRESAS
- FÁBRICAS REDUZEM POSTOS DE TRABALHO
- MEIO MILHÃO DE BRASILEIROS FICA SEM PLANO DE SAÚDE
- A CRISE NO MERCADO DE TRABALHO
- QUALICORP PAGARÁ R\$1,47 POR AÇÃO EM REDUÇÃO DE CAPITAL
- PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE ATINGE RECORDE
- MERCADO JÁ PREVÊ QUEDA DE 3% PARA O PIB NESTE ANO
- VALE BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO EM 2014
- PARA REDUZIR CUSTOS, EMPRESAS LEVAM PRODUÇÃO PARA CASA
- LUCRO DO MORGAN STANLEY CAI PARA US\$ 1,02 BILHÃO NO TERCEIRO TRIMESTRE
- SISTEMA FIEP REALIZA CARAVANA PARA DEFINIR LINHAS DE AÇÃO DOS PRÓXIMOS ANOS
- GREVE DE PERITOS DO INSS IMPÕE CALVÁRIO A MILHARES DE CONTRIBUINTES
- PRODUÇÃO DE NÍQUEL DA VALE NO 3º TRI RECUA 0,7% ANTE MESMO TRIMESTRE DE 2014

CÂMBIO		
EM 19/10/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,891	3,892
Euro	4,406	4,407

Fonte: BACEN

Volkswagen discutirá PPE no Paraná

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Na segunda-feira, 19, os cerca de 3,5 mil metalúrgicos da Volkswagen de São José dos Pinhais (PR) votarão o acordo salarial para dois anos (2015/16) com a inclusão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) do Governo Federal. A proposta construída em várias entre o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) e a montadora será votada em assembleia na porta de fábrica.

Além do PPE, o acordo a ser votado engloba, entre outros itens, reajuste salarial, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), banco de horas, Plano de Demissão Voluntária (PDV), dias adicionais e garantia da permanência da montagem da linha Fox, do Golf e modelos Audi na unidade paranaense.

O PPE seria aplicado nos termos da Medida Provisória nº 680/2015, podendo eventualmente ter percentuais e períodos diferenciados para os agrupamentos de áreas diretas de produção e áreas indiretas. Os trabalhadores das referidas áreas e seus líderes terão redução da jornada e do salário em 20% a partir de 1º de novembro por seis meses, prorrogáveis por mais seis.

“A negociação abre no Paraná um precedente para as discussões de garantia de emprego com as empresas que atualmente passam por dificuldades em razão da crise política e econômica que o País atravessa”, afirma o presidente do SMC, Sérgio Butka.

A Empresa poderá ter novas turmas de layoff nas mesmas condições firmadas anteriormente, tendo como base os rendimentos dos trabalhadores da ativa. Caso estes estejam em PPE, a remuneração destes será a base de comparação.

A unidade paranaense da Volkswagen emprega cerca de 3,5 mil trabalhadores, sendo 2,4 mil na linha de produção e 1,1 mil no administrativo. São produzidos diariamente 460 automóveis entre Fox, Crossfox, Space Fox, Golf e Audi A3. Os carros abastecem o mercado interno, Argentina, Venezuela, Chile e México.

Volvo eletrificará toda sua linha de carros

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Cars anunciou que vai eletrificar toda sua linha de produtos. Em uma primeira etapa, que já começou, todos os modelos da marca sueca terão opção de trem-de-força híbrido plug-in, com propulsão elétrica conjugada com motor a combustão e possibilidade de carregar as baterias em uma tomada.

O primeiro exemplar dessa estratégia é o XC90 T8 Twin Engine All-Wheel Drive, versão híbrida plug-in do SUV lançado recentemente. Mais adiante, a partir de 2019, a Volvo também informa que lançará um automóvel 100% elétrico.

“Acreditamos que chegou a hora de os carros eletrificados deixarem de ser uma tecnologia de nicho. Estamos confiantes em que, em dois anos, 10% das vendas globais da Volvo Cars serão de carros eletrificados”, afirma Håkan Samuelsson, presidente da Volvo Cars.

O lançamento de versões híbridas plug-in dos novos modelos da gama 90 e 60, baseados na plataforma Scalable Product Architecture (SPA), deve se estender pelos próximos três anos. Após o XC90 T8 híbrido, o próximo será uma opção híbrida do inédito sedã de luxo S90, continuando com outros carros que virão futuramente.

Também está prevista a eletrificação da plataforma ainda em desenvolvimento Compact Modular Architecture (CMA), sobre a qual será fabricada uma nova linha de carros compactos da família 40. Para isso a Volvo Cars vai lançar uma nova versão do motor Twin Engine para equipar modelos híbridos plug-in com tração dianteira.

Segundo a Volvo Cars, a combinação de potência e eficiência será a característica de todos os carros eletrificados da marca, a começar pelo XC90 T8 Twin Engine, um dos SUV de sete lugares com motorização híbrida que soma 407 cv, acelerando o veículo de 0 a 100 km/h em 5,7 segundos, mas apresentando autonomia de 47,6 km por litro de gasolina, equivalente a emissão de apenas 49 g/km de CO₂, além de poder rodar até 43 quilômetros no modo elétrico, sem emissão de gases.

“Aprendemos muito como as pessoas usam carros híbridos, graças à nossa atual oferta de produtos”, explica Peter Mertens, vice-presidente sênior de pesquisa e desenvolvimento.

“Nossas pesquisas mostram que as pessoas dirigem no modo elétrico por cerca de 50% do tempo, o que significa que nossos híbridos plug-in já oferecem uma alternativa real para os sistemas de motorização convencionais.”

“Com 40 anos de experiência no campo da eletrificação, a Volvo Cars aprendeu muito sobre a gestão da bateria ao longo de seu uso, entregando a melhor autonomia por kW/h da indústria.

Chegamos a um ponto em que a relação custo-benefício para a eletrificação é positiva. A tecnologia de baterias foi aprimorada, os custos caíram e a aceitação pública não é mais um problema”, afirma Mertens.

Pirelli pode adotar PPE se mercado não mudar

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business



A Pirelli também pode aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) se o mercado não reagir. “Esgotamos outros recursos como férias, reduções de produção, layoff e demissões de contratados temporariamente”, afirma o diretor de pesquisa e desenvolvimento da Pirelli, Roberto Falkenstein, referindo-se à unidade de Santo André (SP), bastante afetada porque lá são fabricados os pneus de caminhões e máquinas agrícolas, segmentos mais atingidos pela queda nas vendas.

A unidade de Campinas (SP), onde são feitos pneus de passeio, também utilizou layoff e corte de temporários. Embora admita a possibilidade de adoção do PPE, Falkenstein afirmou que ela não está definida nem apontou qual fábrica lançaria mão primeiro do recurso.

A Pirelli também faz pneus de passeio em Feira de Santana (BA) e para caminhões e motocicletas em Gravataí (RS).

“A produção dos pneus para moto começou o ano ruim e esboçava reação, mas já há de novo anúncio de parada na produção em Manaus”, diz Falkenstein.

Automotive Business entrevistou o diretor de pesquisa e desenvolvimento durante o lançamento do Cinturato P1 Plus, primeiro pneu a receber o selo do Inmetro.

A empresa detém cerca de 50% do mercado original de fábrica para carros de passeio. No segmento de reposição são 20%. Sua rede tem 2 mil lojas entre oficiais e multimarcas credenciadas. Segundo a companhia, 97% dos pneus que vende no País são fabricados na América Latina.

NOVO CAMPO DE PROVAS CUSTARÁ R\$ 70 MILHÕES

A Pirelli se prepara para investir R\$ 70 milhões em um novo campo de provas em Elias Fausto (SP). A companhia ainda depende do licenciamento ambiental, que pode sair nos próximos 30 dias. Se ocorrer, dará a largada à construção de uma estrutura bem mais completa que a atual (em Sumaré, SP) e em uma área dez vezes maior. Serão três anos de obras.

O novo campo terá um circuito completo, com reta de dois quilômetros. Permitirá o teste de vários carros ao mesmo tempo, avaliações de pneus para moto e até para máquinas agrícolas.

Constellation atinge 180 mil unidades vendidas

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business

A MAN Latin America atingiu a marca de 180 mil caminhões VW Constellation vendidos no Brasil. A linha foi lançada há dez anos e tem versões de 13 a 63 toneladas. O projeto de desenvolvimento dos caminhões envolveu mais de 200 profissionais e 7 milhões de quilômetros em testes na América do Sul, África e Europa.

Em 2013 a linha Constellation cresceu para atender a demanda por caminhões com mais de 390 cavalos. Foi quando chegaram as versões 19.420, 25.420 e 26.420. Eles ampliaram a presença da marca no segmento de entrada de extrapesados.

A linha 2016 traz os Constellation 23.230 6x2, 24.330 6x2 agora com opção de caixa automatizada V-Tronic, a versão 8x2 do 25.420 e o 30.330 8x2 V-Tronic. A nova lista tem ainda cinco modelos vocacionais para transporte, saneamento e construção civil.

A montadora criou também a série especial Prime, com 600 unidades, para comemorar os dez anos do Constellation com itens exclusivos. O 24.280 e o cavalo mecânico 25.420, nas versões 6x2 e 8x2, chegam com acabamento interno diferenciado, pintura dourada, transmissões automatizadas V-Tronic, cabine-leito com teto alto, aba protetora do para-brisa, para-choque e retrovisores da cor da cabine.

O acabamento interno também é diferente, com tecidos e cores especiais. As rodas de alumínio são opcionais.

Cientes da Chery poderão criar carro pela internet

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business

Para atender as expectativas dos novos consumidores chineses, a Cowin Auto, marca criada pela **Chery** em 2014, adotou o método de crowdsourcing para compreender o que querem exatamente esses clientes locais.

Por meio de um site os chineses poderão apresentar sugestões para o desenvolvimento de novos modelos, além de compartilhar impressões e possíveis sugestões de melhoria quando o carro for produzido e chegar ao mercado. A previsão é que o primeiro modelo criado nesses moldes esteja à venda na China em 2018.

Desenvolver e produzir pelo processo de crowdsourcing é uma tentativa do Grupo Chery de se beneficiar de uma empresa ainda jovem (a Cowin Auto) e, portanto, com mais flexibilidade de adaptação do que outras para modificar as etapas de desenvolvimento e fabricação tradicional de carros, permitindo um diálogo direto com os usuários desde o começo do projeto, tornando os veículos cada vez mais adequados ao público-alvo.

Além da redução do tempo de desenvolvimento do carro, a Chery acredita que esse processo também vai proporcionar uma redução dos custos de produção, uma vez que a Cowin pretende firmar parcerias e terceirizar estruturas fabris para a produção dos carros em vez de investir numa fábrica própria.

A Cowin ainda vende um único modelo na China, mas terá cinco novos carros a partir de 2016, incluindo um utilitário esportivo, uma van, um crossover e um sedã.

VW traz nova chefe jurídica da Daimler

19/10/2015 – Fonte: Automotive Business



Em um movimento pouco usual, o Grupo Volkswagen pediu e o Grupo Daimler aceitou rescindir mais cedo o contrato de sua chefe jurídica, Christine Hohmann-Dennhardt, para que a ex-juíza constitucional alemã possa ocupar, a partir de janeiro de 2016, um assento

o recém-criado no conselho de administração, dedicado a funções de "integridade e assuntos legais" – exatamente o mesmo nome da posição ocupada por ela até agora na alta diretoria da Daimler.

Nota divulgada pela VW já traz implícita a principal missão de Christine, ao afirmar que aceitou a Daimler aceitar seu pedido "no interesse da boa governança corporativa da indústria automotiva alemã".

Envolvido em um dos maiores escândalos da indústria automotiva mundial, ao ser descoberto fraudando as emissões de poluentes de 11 milhões de carros diesel já vendidos em todo o mundo, na avaliação de analistas o Grupo Volkswagen acabou contaminando negativamente a imagem de outros fabricantes alemães de renome.

Por isso, como deixou claro em seu comunicado, o Grupo Daimler deixou ir para a concorrente sua chefe jurídica, cujo contrato só terminaria em fevereiro de 2017.

Christine Hohmann-Dennhardt tem 65 anos e reputação de ser intransigente em suas funções, que envolvem a fiscalização da empresa e seus empregados sobre o atendimento de normas, leis e comportamento ético.

Após trabalhar por 11 anos como juíza na corte constitucional da Alemanha, em fevereiro de 2011 ela tornou-se a primeira mulher na história centenária da Daimler a ocupar um cargo na alta direção da companhia, que na época aumentou de seis para sete o número de assentos do board para abrigar Christine como responsável por normas, assuntos legais e questões éticas.

Quase o mesmo está fazendo a VW agora, ao criar um assento em seu comitê executivo para tratar dos mesmos temas.

O novo presidente do conselho de supervisão do Grupo VW, Hans Dieter Pötsch, pediu pessoalmente a liberação de Christine à sua contraparte na Daimler, Manfred Bischoff.

"Estamos felizes que a Dra. Hohmann-Dennhardt concordou em assumir essa tarefa de responsabilidade, que podemos construir baseados em sua competência e experiência", afirmou em comunicado Pötsch. "Ao mesmo tempo agradecemos a Daimler por concordar em rescindir mais cedo o contrato da Dra. Hohmann-Dennhardt", acrescentou.

Economia global projeta cenário decepcionante, diz Nobel de Economia

19/10/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A economia global passa por uma crise de superoferta, afirma o Nobel de Economia Paul Krugman. Em entrevista à Folha, ele diz que o cenário mundial começa a se parecer cada vez mais com o da Europa: sofre com crescimento baixo, pressões deflacionárias e desempenho decepcionante.

"Parece que estamos numa situação em que ninguém quer gastar, não há demanda suficiente", diz. A solução para isso, segundo ele, seria um grande programa de estímulo fiscal nos países desenvolvidos, mas não há vontade política para isso.

Krugman, que vem ao país em novembro para participar de evento da empresa da área de gestão empresarial HSM, diz que a situação brasileira é "um pouco humilhante", mas está longe da registrada em crises anteriores.

A temida perda do grau de investimento, afirma, não faria tanta diferença para o país. "Isso gera manchetes, mas o que importa mesmo é a percepção" dos agentes.

Folha - As projeções para o início de um novo ciclo de alta de juros nos EUA já foram alteradas diversas vezes e, agora, o mercado espera que a primeira elevação fique para 2016. Quando o senhor acredita que o Fed vai agir?

Paul Krugman - Eu acho que eles não vão agir até algum momento do ano que vem. O cenário necessário para a alta de juros simplesmente não existe agora.

Não ficaria surpreso se levasse muito mais tempo do que todos esperam. Dada a fraqueza da economia global, pode ser que uma boa parte do ano se passe sem que haja um aumento, talvez até mais que isso.

Parte do mercado argumenta que o Fed está demorando demais e que agir logo e acabar com a expectativa é a melhor opção. O que o sr. acha?

Esse é um argumento bem tolo. As pessoas estão criando uma narrativa emocional, mas o que tem que ser considerado é: em um ano, se a economia estiver pior do que se imaginou, você vai ficar feliz de ter elevado os juros?

Não, vai estar arrependido. Se a economia estiver mais forte, terá a oportunidade de elevar os juros mais à frente.

Ninguém consegue dar uma razão sólida, baseada na teoria econômica e nos dados, para elevar os juros. A verdade é que parece que esse argumento faz sentido, mas não faz nenhum.

Qual pode ser o efeito real de um aumento nos juros dos EUA para os emergentes?

O impacto será provavelmente maior do que as pessoas, ou o Fed, pensam. Mesmo que o aumento seja só de 0,25 ponto percentual, ele será um sinal de que o Fed é mais 'hawkish' [agressivo] do que o mercado acredita.

O que vemos agora nos mercados emergentes é uma versão menor do que o que aconteceu no fim dos anos 1990: perda de confiança dos investidores, queda no preço das commodities e problemas nos resultados financeiros corporativos, dada a quantidade substancial de dívidas atreladas ao dólar.

E uma valorização da moeda norte-americana [em decorrência do aumento dos juros] exacerbaria isso. Não acho que vá ser uma catástrofe, mas haverá aumento significativo do estresse.

O sr. já afirmou que a venda de títulos dos EUA pela China provou ser bem menos catastrófica que o previsto. Há exagero na projeção sobre os efeitos da desaceleração chinesa?

Muitas pessoas estão considerando a desaceleração, e não olhando os números –que não são tão ruins quanto pensam.

A China é um consumidor importante de matérias-primas, parte importante da economia global, então, claro, problemas no país são um entrave.

Mas o resto do mundo só exporta cerca de 2% do que produz para o mercado chinês. É difícil que uma desaceleração grave na China faça tanto estrago.

O cenário global tem realidades distintas hoje: EUA e Reino Unido falam em aumentar os juros, enquanto a Europa deve manter as taxas baixas por um longo tempo e os emergentes apresentam problemas. Qual é a perspectiva nos próximos cinco, dez anos?

Não acho que estejamos olhando para uma crise em larga escala. É claro que você nunca prevê algo assim, mas não espero uma nova crise como a de 2008.

O que está acontecendo é que o cenário global começa a se parecer com o que o europeu tem sido há algum tempo: baixo crescimento, pressões deflacionárias e desempenho econômico bastante decepcionante.

Parece que estamos em uma situação em que ninguém quer gastar, não há demanda suficiente. Temos um problema de superoferta global. Vai levar um tempo até que consigamos determinar se isso é uma estagnação secular, mas certamente estamos olhando para um mundo com uma falta persistente de demanda adequada.

É possível resolver isso?

Sim. Se os países que têm custos de financiamento extremamente baixos fizessem um grande programa de investimentos em infraestrutura, isso ajudaria muito a saída deles – e do resto do mundo – dessa situação.

O problema é que, politicamente, não há nenhuma perspectiva disso acontecer. Se você me perguntar se os livros apresentam uma solução, eu diria que sim, um programa amplo de estímulo fiscal, temporário, ajudaria a elevar a inflação e tudo ficaria bem. Agora, se quiser saber se há alguma chance de isso acontecer nos próximos anos, a resposta é não.

A Europa está realmente se tornando o novo Japão?

Sim. A demografia na região se parece com a do Japão, a população em idade ativa está diminuindo, a demanda está baixa. Ainda não há deflação, mas a projeção para a inflação já está em metade da meta.

E, em alguns aspectos, a situação na Europa é pior que no Japão, que ao menos tinha uma política fiscal que amorteceu os problemas e maior inclusão social.

O Brasil enfrenta uma crise econômica, aliada a um cenário de incerteza política que prejudica o ajuste fiscal. É uma das piores crises da história recente do país?

Apesar de o Brasil estar obviamente uma bagunça, do ponto de vista político, e mesmo que a economia tenha sofrido um retrocesso perto de todo aquele otimismo de alguns anos atrás, os fundamentos econômicos do país não chegam nem perto de estar tão ruins quanto em episódios anteriores.

A situação fiscal não é desesperadora e o país está longe de um momento em que precisaria imprimir dinheiro para pagar suas contas. A taxa de câmbio está alta, mas nada perto dos níveis que associamos a crises graves.

Houve, sim, impacto da queda nos preços das commodities, e isso é significativo. Mas o Brasil de 2015 não é a Indonésia em 1998, nem a Argentina em 2001. É um problema, é desagradável e um pouco humilhante se ver nesta situação de novo. Mas as pessoas estão exagerando.

O país perdeu o grau de investimento concedido pela agência de classificação de risco Standard & Poor's em setembro, e um novo rebaixamento pode ocorrer até o próximo ano. Qual poderia ser o efeito disso para o Brasil?

Nos países avançados, as classificações de risco não têm efeito nenhum. Para o Brasil e outras economias emergentes, isso ainda pode importar um pouco, mas bem menos que antes.

É importante dizer que não há informação nenhuma na nota, as agências não têm nenhuma informação que as pessoas que acompanhem os dados e os jornais não saibam.

Isso pode ter algum efeito porque há alguns investidores institucionais que são obrigados a considerar o rating para montar seus portfólios. Mas eu suspeito que isso não seja grande coisa na situação atual. Isso gera manchetes, mas o que importa mesmo é a percepção.

Com a economia dos EUA se recuperando e os emergentes em baixa, pode haver uma nova reorganização de poderes?

Em termos econômicos, há muito menos poder no sistema em geral. Os EUA perderam sua habilidade de ditar a política econômica de outros países há algum tempo. As instituições internacionais provavelmente vão continuar apresentando um aumento na participação dos emergentes, embora os problemas na China possam estragar isso.

Mas, quando falamos sobre as instituições econômicas globais, quanto elas realmente importam?

O que o G20 ou o G7 realmente fazem? Não muito. Acho que o ponto agora não é quem vai ser o próximo chefe das relações internacionais, mas, sim, que estamos num mundo sem essa figura.

O Nobel de Economia foi concedido neste ano a Angus Deaton, cuja pesquisa recente tem como tema a desigualdade, cada vez mais presente no debate público. Essa é a questão mais importante atualmente?

Não, acho que é o meio ambiente. Nada importa tanto quanto os riscos de danos ambientais catastróficos. Mas a desigualdade está entre os três maiores problemas, tanto por causa de suas implicações diretas quanto por causa dos efeitos na política econômica.

É uma coisa gigante. Resolver qualquer outro problema se torna muito mais difícil por causa da desigualdade.

Com todos os problemas enfrentados pela economia global hoje, os governos conseguem dedicar tempo para discutir a questão?

O problema é que há forças políticas poderosas que têm interesse na desigualdade, que querem aumentá-la.

Se você olhar para os políticos, entre os partidos não há diferença intelectual sobre o que funciona: um partido quer reduzir os impostos para os ricos e reduzir a ajuda para os pobres e o outro quer fazer o contrário. Então a discussão é sempre sobre desigualdade.

Estados e União debatem projeto que unifica alíquota do ICMS

19/10/2015 – Fonte: R7

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove audiência pública na quarta-feira (21) para instrução do Projeto de Resolução do Senado (PRS) [1/2013](#), que redefine as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais. A audiência pública tem início às 9h, na sala 7 da ala senador Alexandre Costa.

A instrução do PRS 1/2013 foi dividida em duas audiências públicas, sendo a primeira realizada no último dia 7. Na ocasião, secretários de Fazenda manifestaram apoio à proposta do governo de unificar em 4% a alíquota do ICMS, desde que seja acompanhada da criação de um fundo constitucional para compensar as perdas dos estados com a mudança tributária. Para que o fundo se torne constitucional, é necessária a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição.

Em vez de PEC, o governo encaminhou ao Congresso uma medida provisória que cria o Fundo de Compensação e Desenvolvimento Regional para os Estados e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, o que não garante a inclusão dos fundos na Constituição. Assim, a compensação seria estabelecida em lei ordinária.

Os secretários de Fazenda temem que se repita com esses fundos o que aconteceu com a Lei Kandir, instrumento criado pelo governo federal em 1996 para isentar de ICMS produtos e serviços exportados. Por falta de clareza nas regras, as perdas dos estados exportadores, hoje avaliadas em R\$ 28 bilhões ao ano, são compensadas parcialmente, com apenas R\$ 3,6 bilhões anualmente.

O relator do PRS 1/2013 é o senador Wellington Fagundes (PR-MT), que assina o requerimento da audiência pública com os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e a senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

Para o debate foram convidados a secretária de Fazenda do Espírito Santo, Ana Paula Vitali Janes Vescovi; o secretário de Fazenda de Minas Gerais, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; o secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antônio Marcos Gavazzoni; o presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira Pró- Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL), José Alves Filho, e o presidente-executivo da entidade, Herculano Anghinetti; o secretário-executivo do Confaz, Manuel dos Anjos Marques Teixeira, e o coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do órgão, André Horta Melo; e o presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS) e representante do Ministério da Fazenda, Marcelo Mello.

Seguro-desemprego cai 8% com regras mais duras e menor rotatividade

19/10/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo



O número de trabalhadores que recebem o seguro-desemprego é o menor desde 2010, apontam dados do Ministério do Trabalho.

Em média, foram pagos 654 mil benefícios ao mês nos primeiros sete meses do ano, com diminuição de 8,3% na comparação com o mesmo intervalo no ano anterior (713 mil), segundo dados obtidos pela Folha.

Em julho de 2014, o número de beneficiados alcançou 811 mil desempregados. No mesmo mês deste ano, baixou para 652 mil.

Crise do emprego - Pessoas recebendo o seguro-desemprego naquele mês, em mil

Média mensal de beneficiários do seguro

Em julho de 2014, o número de beneficiados alcançou 811 mil desempregados. No mesmo mês deste ano, baixou para 652 mil.

As regras de concessão, que ficaram mais duras em março, são apontadas como uma das causas da queda.

Outra é justamente a piora dos índices de desemprego. Com a menor geração de vagas formais desde o ano passado, caiu a rotatividade da mão de obra, que impulsionava o número de benefícios.

A saída do seguro-desemprego de, em média, 600 mil beneficiários por mês, porém, tende a pressionar mais o mercado de trabalho.

Ao deixar de receber o seguro, parte dessas pessoas engrossa as filas de quem procura nova ocupação.

População desocupada

Crise do emprego - Desempregados que levaram mais de 6 meses para encontrar trabalho Segundo dados do IBGE, a população em busca de trabalho passou de 1,22 milhão de pessoas em agosto de 2014 para 1,85 milhão um ano depois, nas seis maiores regiões metropolitanas do país.

De acordo com os dados da pesquisa, no ano passado 28% dos entrevistados estavam em busca de trabalho há mais de seis meses. Em 2015, passaram a ser 32,5%.

O seguro-desemprego é recebido por um período de três a cinco meses por empregados demitidos após um período de ao menos 12 meses trabalhados. Os valores variam de acordo com o salário.

Segundo o Ministério do Trabalho, nos primeiros oito meses de 2015 o país gerou 2,2 milhões de empregos a menos do que em 2014.

NOVAS REGRAS

As regras do seguro-desemprego mudaram em março deste ano, em uma tentativa do governo federal de conter os gastos com o pagamento do benefício. Essas despesas haviam disparado nos últimos anos, alcançando R\$ 32 bilhões anuais.

Para reduzir os gastos, o governo editou uma medida provisória elevando o período mínimo trabalhado para a obtenção do benefício, de seis para 18 meses.

Esse primeiro aperto vigorou entre março e junho.

Ao analisar a MP, o Congresso atenuou a regra, reduzindo o tempo do primeiro benefício para 12 meses. Isso passou a valer desde junho. O governo também mudou a forma de acesso ao segundo e terceiro benefícios.

Apesar da queda no número de beneficiários, o desembolso do Executivo com o seguro aumentou 11% até julho. O valor gasto alcançou R\$ 20,5 bilhões. Um dos motivos foi o aumento de 8,8% no salário mínimo neste ano.

Artigo: A indústria assustada

19/10/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo

O ano chega ao quarto trimestre, mas a esperada retomada do setor automotivo não aconteceu. Setembro foi mais um mês de queda em vendas e produção, aproximando-se de um patamar perigoso.

O número de empregados nas montadoras filiadas à Anfavea é equivalente ao que havia em 2008. Os que não estão afastados em férias coletivas, PPE (Programa de Proteção ao Emprego) ou licença trabalham no ritmo de 2006, quando o mercado era ainda menor.

Na fria matemática empresarial, o descompasso entre capacidade produtiva e demanda gera desemprego. Há dois anos, 158,1 mil funcionários batiam cartão nas montadoras. Hoje, são 133,6 mil.

Vale lembrar que a expectativa era de crescimento expressivo das vagas na indústria diante da chegada de novas fábricas. Hyundai, Nissan, Chery, Audi, Toyota e BMW estão entre as empresas que inauguraram linhas de produção brasileiras nos últimos três anos.

Esse cenário faz do segmento automotivo o mais assustado com o momento atual do Brasil. Nenhum outro recebeu tantos incentivos governamentais nos últimos tempos, seja por meio de benefícios fiscais ou do estímulo à manufatura local. A moeda de troca era a manutenção dos empregos.

Tantas benesses resultaram em protecionismo, que dificultou a vida dos importadores e reduziu a quase zero a competitividade global. Quando a demanda interna começou a descer a ladeira, não havia um desvio de rota viável.

Felizmente, o segmento expandiu-se tanto entre 2003 e 2013 que ainda se mantém distante de um colapso. Se houver ao menos estabilidade no próximo ano, o caminho do crescimento será retomado.

O que não se recupera é o atraso no desenvolvimento de produtos mais eficientes. O tempo perdido volta a criar um abismo entre os automóveis feitos atualmente no Brasil e seus similares em mercados europeus e nos EUA.

(Eduardo Sodré- É editor-adjunto do caderno 'Veículos'. Carioca com passagens pelos principais jornais do Rio, cobre o setor automotivo desde 1999.)

Governo está asfixiando as empresas', diz especialista em tributação

19/10/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo



Diante da necessidade de encontrar soluções para o rombo nas contas públicas, o governo vem aumentando a pressão fiscal sobre as empresas de forma desproporcional, o que pode comprometer a saúde financeira de algumas companhias ou levá-las até mesmo a quebrar.

Essa é a avaliação do advogado Roberto Quiroga Mosquera, especialista em tributação e sócio do escritório Mattos Filho, um dos maiores do país. "Ao mesmo tempo em que olha o cardápio de impostos para ver onde pode aumentar a arrecadação, o governo está asfixiando as empresas", diz.

Segundo ele, as multas impostas pelo fisco estão se avolumando e não há espaço para o debate na área administrativa. "No último ano, a Fazenda ganhou 96% dos casos. Não é razoável imaginar que as pessoas farão quase tudo errado e o fisco sempre acertará", afirma.

Ele argumenta que a via judicial ficará cada vez mais difícil para as companhias, já que os bancos serão mais restritivos em dar garantias para os depósitos judiciais e as empresas terão dificuldade em desembolsar os valores durante a crise. "A parede está próxima e ninguém está vendo", diz.

Dentre as medidas apresentadas pela equipe econômica para o ajuste fiscal, Quiroga considera a CPMF um "mal menor". Mas, frente à severidade da crise, diz não acreditar que a contribuição resolverá o problema.

Está cada vez mais difícil imaginar que faremos o ajuste sem aumento de impostos. Qual é a melhor solução?

Roberto Quiroga Mosquera - É preciso, claro, cortar gastos públicos. Sou contra aumento de imposto. Mas, imaginando que não dá mesmo para cortar agora, o que geraria menos impacto seria, sem dúvida, a CPMF.

Ela é vista como impopular.

Ela é o mal menor. Há isonomia, pulverização. Incide sobre o consumo e, por isso, as pessoas resistem menos a pagar. Você sabe quanto pagou de imposto num perfume? Não. E você compra porque quer tê-lo. Agora, se aumenta o seu imposto de renda, dói.

E tem a vantagem de pegar a informalidade. A Cide [combustíveis] e a CPMF são as menos doloridas. Agora, com a crise econômica, as variáveis de renda e receita, que sustentam 80% da arrecadação tributária do governo federal, vão cair. Ou seja, estamos correndo atrás de R\$ 30 bilhões e, em breve, vão surgir outros R\$ 30 bilhões para cobrir.

Não resolve o problema?

Quando o Levy fala que a questão fiscal é séria, ela é. Pela primeira vez como tributarista não vejo mais fontes de receita para tirar tributo. Qualquer coisa a mais, o barbante quebra. O Estado ficou muito grande para o volume de obrigações sociais que a gente quer dar. Da década de 90 para cá, a carga tributária subiu de 20% para 37%. Junto a isso, temos outro problema, pressionando especialmente as empresas, que são as discussões com o fisco. Estamos chegando numa situação limite.

Por quê?

Hoje, há cerca de R\$ 600 bilhões na seara administrativa e o estoque está crescendo. Na Justiça, há em torno de R\$ 1,4 trilhão. As autuações do fisco são como as multas de trânsito: as pessoas podem recorrer, mas quase ninguém ganha.

No Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais], independentemente dos casos de corrupção que surgiram com a Operação Zelotes, no último ano, a Fazenda ganhou 96% dos processos. Não é razoável imaginar que as pessoas farão quase tudo errado e o fisco sempre acertará.

As empresas podem recorrer ao Judiciário.

Aí que está o problema. Quando a empresa sai da disputa administrativa e vai para o judiciário, de cara a dívida já cresce 20%. É a chamada descrição de dívida. Para discutir na Justiça, ela tem de fazer o depósito de 100% da autuação.

Como vai fazer isso num auto de infração de R\$ 1 bilhão, R\$ 5 bilhões ou R\$ 10 bilhões? Não dá. A fiança bancária custa 2% ao ano, só que não há banco que a conceda para uma autuação de bilhões de reais.

Depois, há o seguro-garantia, que também é difícil de se conseguir para valores muito grandes. Por um lado, as autuações aumentam. Por outro, o mercado não dá os instrumentos para que a empresa possa discutir os débitos. Ainda mais na crise.

Mas hoje as empresas recorrem à Justiça.

Sim, mas dois terços do contencioso ainda é "podre". São contribuintes que o fisco não consegue encontrar, laranjas, execuções que não correm. Agora está chegando o contencioso bom, de reestruturações societárias, de empresas legítimas e reais.

Se você pegar as 30 maiores companhias abertas do país, todas já têm discussões relevantes.

E essas companhias, que têm negócios de verdade, terão muita dificuldade de debater na Justiça. A parede está próxima e ninguém está vendo.

O que fará o "contencioso bom" aumentar?

O governo vinha lançando Refis atrás de Refis [programa de renegociação de débitos] e, com isso, o contencioso bom não chegava ao Judiciário.

Por que isso é um debate importante neste momento?

O governo está tomando uma série de ações para pressionar as empresas, como a medida provisória 685, que chamamos de "dedo duro". Ela diz que, se a empresa não avisar ao governo sobre seu planejamento fiscal, pagará multa de 150% mais o imposto.

Houve ainda a portaria determinando maior rigor dos procuradores da Fazenda. Ao mesmo tempo que olha o cardápio de impostos para ver onde pode aumentar a arrecadação, o governo está asfixiando as empresas. Isso vai desaguar no Judiciário. E lá as companhias vão bater com a cabeça na parede.

Mas não é justamente o dever do fisco autuar?

Sim, mas o fisco está exageradamente fiscalista, com interpretações equivocadas. Das autuações, 30% são com multa agravada, que são as multas de 150%. São multas confiscatórias. O juro cobrado é a taxa Selic.

Imagina um débito de dez anos com essa taxa? Esse conjunto de coisas impede que uma empresa séria discuta o débito. É difícil, claro, dizer qual lado está certo. Mas a verdade é que isso vai desembocar num problema.

Não dar feedbacks constantes é um dos maiores erros dos chefes; veja outros

19/10/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo



A maioria dos gestores não tem objetivos claros para o longo prazo, diz João Marcelo Furlan, da Enora Leaders, de educação corporativa.

Furlan afirma que a visão de futuro é uma estratégia importante para mobilizar a equipe a seguir em uma mesma direção, e diz que negligenciar isso é um dos pontos em que os chefes mais erram.

Veja abaixo quais os erros mais comuns entre os chefes:

SER PATERNALISTA

Muitos gestores têm dificuldade em criticar, poupam funcionários ou os promovem baseados no relacionamento. Busque indicadores objetivos e métricas para avaliar e contratar

COMUNICAR-SE MAL

O líder deve adaptar sua fala ao estilo da equipe. Isso não significa perder a autenticidade. Alguns precisam de dados para serem convencidos, outros querem saber como a medida se relaciona à missão da empresa

NÃO SER O EXEMPLO

O chefe é sempre observado e deve praticar o que recomenda. Se não seguir o que prega, como ter postura de dono do negócio, o líder desincentiva os empregados e faz com que as iniciativas fracassem

NÃO DAR FEEDBACKS

Os processos formais de avaliação ocorrem algumas vezes por ano, mas os feedbacks devem ser constantes. Se for para elogiar, diga imediatamente. Para criticar, espere ao menos um dia para se acalmar.

VW desenvolveu diversas versões de software para fraudar testes de emissões, dizem fontes

19/10/2015 – Fonte: R7

A Volkswagen fez diversas versões do software criado para enganar testes de emissão de poluentes, disseram à Reuters três pessoas próximas ao tema, potencialmente sugerindo um complexo esquema de trapanças cometido pela montadora alemã.

Durante os sete anos das fraudes confessas, a Volkswagen alterou software ilegal para quatro tipos de motores, disseram as fontes, que incluem um gerente da VW com conhecimento do tema e uma autoridade norte-americana próxima à investigação.

Porta-vozes da VW na Europa e nos Estados Unidos não quiseram comentar se a empresa desenvolveu múltiplos aparelhos para fraudar os testes, afirmando que há investigações em curso tanto na empresa como por autoridades nas duas regiões.

Questionada sobre o número de pessoas que poderiam ter tido conhecimento da fraude, um porta-voz dos escritórios da companhia em Wolfsburg, Alemanha, disse: "estamos trabalhando intensamente para investigar quem sabia o que e quando, mas ainda é muito cedo para dizer".

Alguns especialistas da indústria e analistas disseram que a existência de diversas versões do dispositivo levanta a possibilidade de que uma série de funcionários possa estar envolvida. Técnicos de software teriam de obter financiamento regular e conhecimento da programação dos motores, disseram.

O número de pessoas envolvidas é uma questão central para investidores, porque pode afetar o tamanho de potenciais multas e a amplitude das mudanças na administração da empresa, disse Arndt Ellinghorst, analista da consultoria Evercore ISI.

"Quando mais gente de alto escalão estiver envolvida, mais a companhia é considerada responsável e merecedora de punições mais sérias", disse Brandon Garrett, especialista em crime corporativo da Escola de Direito da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos.

A Volkswagen admitiu em 18 de setembro ter usado um software que poderia identificar quando um veículo a diesel estava sendo testado e com isso reduzir temporariamente as emissões tóxicas de gases para conseguir passar nos testes de reguladores norte-americanos.

Volkswagen cogita cortar trabalhadores temporários

19/10/2015 – Fonte: Auto Esporte

A Volkswagen está avaliando a possibilidade de reduzir a quantidade de funcionários temporários como uma das estratégias para arcar com os custos do escândalo das emissões de poluentes, disse neste sábado (17) o conselho da montadora alemã.

Um porta-voz do conselho, grupo de representantes dos trabalhadores dentro da empresa, disse que apoiará esforços para manter os empregos temporários, mas está ciente de que a diretoria tem discutido "cenários diferentes".

A Volkswagen disse em comunicado que os níveis de vendas e emprego estão imprevisíveis. Na sexta-feira, a empresa reportou entrega menor de automóveis em setembro para a divisão principal e para o grupo como um todo, que compreende 12 marcas.

"Se o número de funcionários cair temporariamente, diminuir as horas de trabalho seria uma opção razoável", afirmou a Volks, acrescentando que a direção está fazendo todo o possível para manter empregos.

Sofrendo após o escândalo de emissão de diesel, a Volkswagen afirmou que cortará até 1 bilhão de euros por ano em investimentos na sua divisão principal.

Alguns analistas dizem que o escândalo pode custar à Volkswagen até 35 bilhões de euros, distribuídos entre adequação de veículos, multas e processos judiciais.

Empresa lança software pioneiro para 'piloto automático' em carro elétrico

19/10/2015 – Fonte: Auto Esporte



A fabricante americana de carros elétricos Tesla lançou uma atualização para o software de seus veículos que possibilita que os carros tenham um modo "piloto automático". O carro não será totalmente independente, mas o novo software faz com que carro Model S e o novo Model X possam "automaticamente se orientar por uma estrada, mudar de pista e ajustar a velocidade em resposta ao trânsito" à sua volta.

O presidente da Tesla, Elon Musk, afirmou que o modo piloto automático foi criado para aumentar a confiança do motorista. Mas Musk acrescentou que os motoristas que adotarem o novo software, disponibilizado na América do Norte a partir desta quinta-feira, devem ser cautelosos no uso do programa.

"Esperamos que (o carro) não atropеле pedestres. (O software) Deve lidar bem com eles", afirmou Musk para jornalistas. O presidente da Tesla já esclareceu que, se o carro se envolver em um acidente, o motorista ainda será responsabilizado.

"O motorista não pode abdicar da responsabilidade. Isto virá em algum momento no futuro", disse. As informações sobre o uso do novo software em outras regiões do mundo serão atualizadas nas próximas semanas, dependendo de aprovação e regulamentação local.

Câmeras e sensores



O novo software da Tesla usa uma combinação de câmeras, radares, sensores e dados de mapeamento para determinar a posição do carro e como deve ser a navegação. Quando o carro tiver chegado ao destino, poderá escanear o espaço disponível e estacionar sozinho.

Diferente dos projetos do Google, que visam um veículo totalmente autônomo, o plano da Tesla é gradualmente fazer com que o software assuma funções que antes eram do motorista.

Atualmente existem limitações ao software que, segundo Musk, serão resolvidas.

"Se há muita neve será mais difícil o sistema funcionar, então é melhor ter cautela. Essencialmente é como uma pessoa - como uma pessoa pode descobrir que rota deve pegar. Com o tempo, será melhor que uma pessoa", disse.

"No longo prazo será muito melhor que uma pessoa. Nunca fica cansado, nunca bebe nada, nunca está discutindo com outra pessoa dentro do carro. Não tem distrações."

Outros fabricantes de carro, como a BMW e a Volvo, também estão desenvolvendo e implementado funções que concedem graus de autonomia a seus carros.

E o carro totalmente automatizado da Google já percorreu mais de 1,6 milhão de quilômetros, a maior parte na Califórnia.

GM faz recall de 400 veículos por defeito em air bag da japonesa Takata

19/10/2015 – Fonte: R7

O grave problema envolvendo air bags da marca Takata continua sendo identificado em novos veículos. Desta vez, em automóveis da General Motors. A empresa está fazendo recall de mais de 400 veículos, em função do risco dos air bags, ao se abrirem, lançarem fragmentos metálicos no motorista e nos passageiros, segundo a GM e documentos divulgados neste sábado pela agência nacional de segurança no trânsito dos Estados Unidos (NHTSA).

Até o momento, o problema já levou ao recall de cerca de 23,4 milhões de air bags da empresa japonesa Takata, referentes a 19,2 milhões de carros de 11 marcas diferentes vendidos nos Estados Unidos, incluindo Honda e Fiat Chrysler.

No mês passado, a NHTSA enviou comunicados a outras sete montadoras solicitando informações sobre veículos com air bags da Takata e alertando que o número de recalls pode aumentar.

Os air bags da Takata utilizam nitrato de amônia para gerar a pequena explosão que infla os air bags em caso de colisões. Mas, segundo a empresa japonesa, o produto químico pode se degradar dentro de air bags expostos a altas temperaturas e umidade do ar por tempo prolongado. Neste caso, o nitrato de amônia pode vir a queimar rapidamente e acabar rompendo a barreira metálica que deveria conter a explosão.

Os últimos recalls de veículos da GM se referem a modelos Chevrolet Equinox, Malibu e Camaro de 2015, e também Buick LaCrosse, Cadillac XTS e GMC Terrain. Milhares de carros de outros modelos da empresa também contam com air bags da Takata. Mas o porta-voz da montadora, Alan Adler, afirmou que outros veículos não apresentaram defeitos.

Em nota, Adler recomendou aos proprietários de automóveis com air bags defeituosos que procurem uma concessionária da marca o mais rápido possível para que o problema possa ser corrigido. A empresa irá disponibilizar carros consignados aos clientes prejudicados pelo problema.

Além da GM, o recall também tem sido feito por 11 montadoras de carros e caminhões, incluindo BMW, Daimler Trucks, Fiat Chrysler, For, General Motors, Honda, Mazda, Mitsubishi, Nissan, Subaru e Toyota. A NHTSA alertou que poderão ser feitos recalls

também de veículos das marcas Mercedes-Benz, Jaguar-Land Rover, Suzuki, Tesla, Volvo Trucks, Volkswagen e Spartan Motors.

A agência está organizando uma audiência pública em Washington na próxima quinta-feira para tratar da investigação da japonesa Takata e definir se irá assumir a coordenação de todos os recalls para agilizar os reparos.

Ex-presidente da Volkswagen também deixa presidência da Porsche

19/10/2015 – Fonte: R7

Semanas após ter renunciado ao cargo de presidente global da Volkswagen, em decorrência do escândalo de fraude no sistema de controle de emissões de gases de veículos, Martin Winterkorn também deixará o cargo de presidente da Porsche Automobil, holding que detém 52% das ações da Volkswagen e é a maior acionista da montadora.

Em nota, a holding anunciou que chegou a um acordo com Winterkorn para que ele deixe suas funções como membro e presidente da diretoria da empresa até 31 de outubro. Hans Dieter Poetsch, presidente do conselho de supervisão e diretor financeiro da companhia, irá assumir o cargo no dia 1º de novembro.

A saída de Winterkorn já era esperada. Em setembro, veio à tona a informação de que um software incorporado aos motores à diesel dos veículos da montadora desabilitava o controle de emissões dos veículos e indicava uma performance melhor do que a real. O equipamento só era utilizado corretamente durante os testes de emissões dos veículos.

Winterkorn pediu demissão da Volkswagen no último dia 23 de setembro. Em seu lugar, assumiu o ex-presidente da Porsche, Matthias Mueller.

Tata Steel cortará 1.200 empregos, diz sindicato

19/10/2015 – Fonte: R7

A Tata Steel, maior fabricante de aço na Grã-Bretanha, deve cortar cerca de 1.200 empregos na fábrica de Scunthorpe, que emprega cerca de 6.500 pessoas, disse uma fonte de um sindicato nesta sexta-feira, conforme o governo convocou um comitê de crise para o setor.

"Isto é mais um golpe para nossas comunidades do aço e demonstra o estado precário da indústria britânica do aço", disse Roy Rickhuss, secretário geral do sindicato Community.

Um porta-voz da Tata Steel disse: "fizemos numerosas mudanças estruturais em nosso negócio na Grã-Bretanha nos últimos meses e anos para nos tornarmos mais competitivos".

Cobre opera em baixa, após dados da China

19/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os contratos futuros de cobre operam em queda nesta segunda-feira, como outros metais industriais, após a divulgação de indicadores da China. O Produto Interno Bruto (PIB) chinês recuou para abaixo de 7% pela primeira vez desde a crise financeira global.

Às 7h33 (de Brasília), o cobre para entrega em três meses recuava 0,4%, a US\$ 5.251,0 a tonelada na London Metal Exchange (LME), enquanto outros metais também caíam. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para dezembro tinha queda de 0,69%, a US\$ 2,3870 a libra-peso, às 7h47.

O PIB da China avançou 6,9% no terceiro trimestre na comparação anual, em mais um sinal de preocupação para os investidores sobre a desaceleração da economia chinesa. Apesar de acima da previsão dos analistas de 6,8%, o resultado é o mais fraco desde 2009. Outros números da segunda maior economia do mundo divulgados mais cedo, como a produção industrial e as vendas de moradia, também vieram modestos.

"Certamente pesa o lado da demanda, com dados do PIB muito fracos, o que explica o sentimento negativo no mercado de cobre e de outros metais hoje", disse Daniel Briesemann, analista do Commerzbank.

"O crescimento melhor que o esperado foi impulsionado pelos serviços, não pelo setor industrial chinês, o maior consumidor global de metais, disse Briesemann. "Neste setor não há sinais de otimismo."

A China é a principal fonte de demanda global por metais, representando quase a metade do consumo total de zinco, 45% do consumo de cobre e 40% da produção de chumbo. Os temores sobre a economia chinesa têm sido um dos principais fatores para a queda nos preços das commodities nos últimos meses.

"A atividade econômica chinesa domina a perspectiva de preço para o curto prazo e o sentimento. Os dados em 2015 são em geral negativos para a perspectiva para o preço do cobre", afirmaram em relatório analistas do Morgan Stanley.

Os preços do cobre e de outros metais reagiram das mínimas em vários anos no fim de agosto e começo de setembro, após a Glencore anunciar cortes em sua produção, o que melhora o quadro de excesso de oferta.

Mas muitos analistas dizem que o cobre pode agora cair abaixo do nível de US\$ 5 mil neste ano. O Barclays prevê que os preços do cobre ficarão em breve em US\$ 4.850 a tonelada na LME no quarto trimestre do ano, diante do sentimento negativo no mercado e da demanda mais fraca da China.

Entre outros metais básicos na LME, às 7h33 o alumínio recuava 1,2%, a US\$ 1.550,50 a tonelada, o zinco caía 0,8%, a US\$ 1.788 a tonelada, o níquel tinha queda de 0,9%, a US\$ 10.465 a tonelada e o chumbo recuava 0,7%, a US\$ 1.797,50 a tonelada. O estanho, por sua vez, operava praticamente estável, a US\$ 15.900 a tonelada.

Comércio de material de construção cairá 5% no ano, prevê presidente da Anamaco

19/10/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

As vendas de material de construção no varejo devem fechar este ano com queda de 5%, a primeira retração em 24 anos. "A última queda de vendas do setor ocorreu no governo Collor", afirma o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Cláudio Conz.

Neste ano, até setembro, houve um recuo de 6% na receita nominal das empresas varejistas e o mesmo índice foi registrado nos últimos 12 meses. Segundo a pesquisa feita com 530 lojistas em todo o País, em setembro na comparação com agosto, as vendas de todos os materiais foram menores, com destaque para a forte queda de produtos básicos. Cimento e revestimentos, por exemplo, registraram recuos de 11% e 9%, respectivamente.

Na avaliação de Conz, os resultados do mês passado refletem a crise econômica, com aumento do desemprego e redução da oferta de crédito. "Toda a vez que temos diminuição do crédito e redução do número de empregos, isso se reflete de forma quase que instantânea no nosso setor."

Para se adequar à nova realidade, Conz diz que houve uma grande demissão de trabalhadores no comércio varejista de materiais de construção. Neste ano, as lojas cortaram 43 mil postos de trabalho. O setor emprega cerca de um milhão de pessoas. Num setor que é muito pulverizado, houve também fechamento de muitas lojas, especialmente as pequenas.

Apesar da conjuntura atual ser negativa, Conz vê perspectivas favoráveis a médio e longo prazos para o setor. "O ano que vem será melhor do que 2015." As 64 milhões de moradias precisam de manutenção e em algum momento as pessoas vão ter que fazer a reforma da casa que foi adiada e gastando mais, porque, com o passar do tempo, o desgaste é maior.

Além disso, o presidente da Anamaco diz que os bancos já demonstram intenção de impulsionar as linhas de crédito destinada à compra de materiais para compensar o fraco desempenho de outras linhas de financiamento.

Home center

Neste ponto, Conz acredita que o mercado de materiais construção é favorável para as grandes empresas. Nos últimos tempos, os home centers tiveram muitas dificuldades para encontrar terrenos adequados, com 10 mil a 12 mil metros quadrados de área, à construção de novas lojas por causa da forte especulação imobiliária. "Agora com a superoferta de áreas, o preço do metro quadrado baixou."

Perspectivas de inflação pioram e economistas veem taxa de juros a 12,75% em 2016

19/10/2015 – Fonte: Reuters

Economistas de instituições financeiras continuam vendo maior pressão inflacionária neste e no próximo ano, mesmo com a economia chegando a uma contração de 3 por cento em 2015, e diante disso elevaram a perspectiva para a taxa básica de juros em 2016.

A pesquisa Focus do Banco Central, divulgada nesta segunda-feira, apontou que a expectativa agora para a alta do IPCA em 2016 é de 6,12 por cento, contra 6,05 por cento anteriormente, na 11ª vez seguida de piora.

A projeção com isso está cada vez mais longe do centro da meta do governo para o ano que vem de 4,5 por cento, com tolerância de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dificultando a determinação do BC de guiar as expectativas para o centro da meta no final de 2016.

Os preços administrados são uma importante fonte de pressão, com expectativa de avanço de 6,35 por cento no final de 2016, alta de 0,08 ponto percentual em relação à pesquisa anterior.

Para 2015, o levantamento semanal com uma centena de especialistas mostrou piora de 0,05 ponto percentual na projeção para a alta do IPCA, a 9,75 por cento, com a alta dos preços administrados mantendo-se em 16 por cento.

A valorização do dólar também pesa sobre a alta dos preços, devendo se prolongar para o ano que vem. Entretanto a projeção para a moeda norte-americana permaneceu em 4 reais para este ano e caiu a 4,13 reais em 2016, contra 4,15 reais anteriormente.

O cenário inflacionário tem repercutido nas projeções dos analistas para a política monetária, sendo que para 2016 a projeção subiu a 12,75 por cento, contra 12,63 por cento na mediana das expectativas da pesquisa anterior.

Mas para este ano eles não mudaram a estimativa de que a Selic será mantida em 14,25 por cento na reunião desta semana do Comitê de Política Monetária (Copom), terminando 2015 neste patamar

Já sobre a economia, o cenário de forte crise política e econômica afetando a confiança de agentes econômicos e consumidores continua a prejudicar as expectativas.

A projeção agora é de retração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,22 por cento em 2016, contra queda de 1,20 por cento antes. Para 2015 é esperada contração de 3,0 por cento, sobre recuo de 2,97 por cento.

Em agosto, a atividade econômica ampliou com força a fraqueza, com o Índice de Atividade Econômica do BC recuando 0,76 por cento sobre o mês anterior.

Os contínuos dados econômicos fracos com incertezas no front fiscal culminaram na quinta-feira com a decisão da agência de classificação de risco Fitch de cortar a nota de crédito do Brasil. A agência ainda manteve o selo de bom pagador, mas alertou que o país pode em breve perder essa chancela.

Governo tenta saída para destravar mineração

19/10/2015 – Fonte: Época Negócios



Sem perspectivas de ver aprovado no curto prazo o novo marco regulatório da mineração, o governo tem procurado alternativas para estimular a exploração mineral no país. Uma dessas medidas foi tomada no início do mês pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia responsável pelo setor.

Por meio de um memorando, o governo alterou as normas para emissão das chamadas "guias de utilização", um documento que permite aos mineradores explorar suas jazidas ainda durante a fase de pesquisa do solo, ou seja, antes de terem nas mãos a efetiva portaria de lavra emitida pelo órgão.

Com as mudanças, as guias de utilização, que até então podiam ser solicitadas para atender a "políticas públicas", ganharam agora argumentos mais objetivos. O documento poderá ser solicitado, por exemplo, por empresas que queiram extrair areia e brita, insumos básicos da construção civil.

Ficou decidido também que as guias poderão ser solicitadas por micro e pequenas empresas que atuem em "áreas em situação de formalização da atividade", um sinal claro para atrair empresas para a exploração legal de minérios, o que significa aumento de arrecadação pelo DNPM. Os pedidos também poderão ser feitos por empresas que explorem minerais que tenham peso na balança comercial.

Apesar de as guias de utilização serem encaradas como um documento de "caráter excepcional" pelo DNPM, para muitas empresas que conseguiram a autorização trata-se de atalho fundamental para viabilizar a exploração.

"Em muitos casos, ela é essencial, como forma de fazer caixa para a pesquisa ou para testar a viabilidade daquele produto mineral no mercado consumidor", diz Bruno Feigelson, sócio do LL Advogados e professor de direito minerário.

Como há situações em que a pesquisa pode levar anos, a possibilidade de antecipar a exploração comercial agrada às empresas, diz Feigelson, embora ele admita a possibilidade de mineradoras se apoiarem permanentemente na renovação dessas guias e seguirem com a exploração até exaurir seus projetos minerários, sem ter nem pedido portaria de lavra para tanto.

"Seja como for, essas novas regras demonstram uma tentativa de criar condições de retomada do setor, depois da moratória que vivemos em 2011 e 2012", diz Feigelson. "É uma sinalização de que as coisas têm de andar, uma tentativa de colocar um balão de oxigênio em um paciente que está na UTI."

Guias

As estatísticas do DNPM apontam que, até 2009, o órgão vinha emitindo uma média de 400 guias por ano. Desde então, o volume só cresceu e chegou a 1.083 autorizações liberadas no ano passado. Até setembro deste ano, 622 guias já tinham sido publicadas.

"Por conta da demora na votação do código de mineração, esse recurso já havia sido reformado, mas o termo políticas públicas era muito amplo e gerava dificuldades para enquadramento. Com as novas regras, a tendência é de que essa procura cresça", comenta Feigelson.

O novo marco regulatório da mineração está parado no Congresso desde junho de 2013, com a promessa de rever regras que estão em vigor desde 1967, quando o último código foi feito pelo governo militar.

Brasil pode se beneficiar com onda global de migrações, diz FMI

19/10/2015 – Fonte: Época Negócios

A migração em grande escala de pessoas de países pobres para aqueles mais ricos será uma característica permanente da economia nas próximas décadas, segundo relatório divulgado este mês pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Segundo o diretor executivo do FMI no Brasil, Otaviano Canuto, o país pode aproveitar essa tendência para o próprio desenvolvimento.

De acordo com Canuto, o Brasil está perdendo a oportunidade criada por seu período de bônus demográfico – quando a maior parte da população está em idade economicamente ativa (15 a 64 anos) – para desenvolver o país. Isso porque, segundo ele, o Brasil não aumentou produtividade ou poupança nem fez ajustes no sistema previdenciário.

O Relatório de Monitoramento Global 2014-2015 do FMI e do Banco Mundial classifica o Brasil de país que já está na fase tardia de dividendo demográfico – perdeu a primeira fase do bônus demográfico, mas ainda pode aproveitar os próximos anos.

"Daqui a alguns anos, o Brasil vai começar a enfrentar a escassez de mão de obra em algumas áreas e, para isso, a migração pode ser muito interessante", disse Canuto, durante seminário hoje (16) na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Reforma previdenciária

O diretor executivo do FMI destacou que, além da ajuda de imigrantes, o Brasil precisará fazer ajustes internos para aproveitar o que resta desse período de bônus demográfico. Segundo ele, um dos ajustes necessários é a reforma previdenciária. "O Brasil é dos mais generosos no mundo no que diz respeito ao sistema previdenciário. O espaço que era para ser de crescimento da poupança foi usado para sustentar um sistema de

transferências que, no longo prazo, não é sustentável. Por isso, temos que ter urgência na reforma da previdência”, disse Canuto.

Outra necessidade do país, de acordo com o diretor do FMI, é estimular a produtividade. “É preciso ter uma agenda para aumentar a produtividade, de fazer o que for necessário, melhorar o ambiente de negócio e tirar as fontes de desperdício que esse país incorre por conta de ter um ambiente de negócios que não é adequado.”

Indústria defende lei mais flexível para terceirização

19/10/2015 – Fonte: Época Negócios



As associações da indústria têm defendido mudanças nas regras para terceirização, que permitirão aos empresários contratar de terceiros até mesmo a atividade-fim da companhia e não apenas serviços sem relação direta com o negócio, como limpeza ou segurança.

"Em geral, é mais eficiente. Isso permite a formação de empresas ultra especializadas", afirmou André Rebelo, assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo o assessor econômico da Fiesp, muitas empresas não terceirizam atividades porque há insegurança jurídica sobre esse tema no Brasil. "Defendemos que seja liberado e cada empresa vai fazer suas contas, pesar prós e contras e tomar sua decisão", disse Rebelo.

O projeto de lei que libera a terceirização da atividade-fim foi aprovado em abril na Câmara dos Deputados. O texto segue em análise no Senado.

Empresas do Brasil fecham US\$ 1,4 bilhão em negócios em feira na Alemanha

19/10/2015 – Fonte: EM.com

Empresários brasileiros fecharam US\$ 1,408 bilhão em negócios durante os cinco dias da Anuga, feira internacional de alimentos e bebidas realizada a cada dois anos na cidade de Colônia, Alemanha.

Do total, cerca de US\$ 200 milhões correspondem a negócios fechados no ato e o restante refere-se a contratos que serão confirmados ao longo dos próximos 12 meses.

Os números foram divulgados pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). A Apex informou ainda que a maior parte do montante total está vinculado a negócios envolvendo carne.

Segundo André Favero, diretor de negócios da agência, de 84 empresas que representaram o Brasil na Anuga, cerca de 30 são do setor de carne bovina, suína e de frango:

“Esse setor, sozinho, representou mais da metade do volume total, pois tem a característica de que, geralmente, os contratos são feitos em grande quantidade”.

De acordo com Favero, o total em negócios, em 2015, supera em 28% o volume atingido na edição anterior da feira de alimentos, em 2013. O diretor de negócios da Apex informa que, apesar de as carnes terem sido o maior destaque, produtos típicos brasileiros e alimentos naturais também tiveram boa procura nesta edição, realizada entre 10 e 14 de outubro.

Segundo Fávero, “Produtos étnicos, como açaí, pão de queijo, castanha do Pará e, ainda, leite de castanha, alimentos sem glúten ou lactose são vertentes com as quais o Brasil tem dialogado muito bem. O feedback das empresas brasileiras é que houve grande interesse nessas duas linhas”, afirma. A Apex contabilizou ainda os novos contatos feitos pelas empresas brasileiras.

De acordo com levantamento da agência, o número de contatos durante o evento ficou em 10,7 mil, 20% maior do que o registrado na última participação na Anuga. “Esses contatos foram registrados porque houve algum tipo de demanda, pedido de informação adicional. As visitas [à feira] foram mais de 150 mil.

Pelo menos 10% desse volume passou pelos estandes brasileiros e demonstrou interesse específico em algum produto”, explica André Favero.

De acordo com o diretor da Apex, a Anuga é a feira mais importante entre as do setor, pois “está no calendário das principais feiras do mundo e, em termos de geração de negócios, é a maior. Também é muito importante na formação de tendências. Todas as grandes redes mundiais de restaurantes, supermercados e hoteleiras estão lá”.

O diretor da Apex comentou ainda o fenômeno de queda de preços das commodities (produtos básicos com cotação internacional), que afeta as exportações de alimentos. Segundo ele, a carne, produto mais negociado na feira alemã, não foi atingida.

“No setor de carnes, o embargo da Rússia à União Europeia tem influenciado positivamente o Brasil, ajudando a manter o valor em um patamar um pouco mais alto”, diz Favero. No caso de outros produtos, segundo ele, as quantidades vendidas têm ajudado a contrabalançar a queda de preços, a exemplo do que ocorre com a balança comercial brasileira, já que “o patamar do dólar também estimula as empresas a exportarem”.

Votorantim investirá R\$ 1 bilhão em energia eólica

19/10/2015 – Fonte: Usinagem Brasil



A Votorantim vai entrar no mercado de geração eólica. E o fará em grande estilo, investindo R\$ 1,13 bilhão para construir sete parques eólicos no Nordeste do Brasil. Com previsão para entrada em operação em 2018, as obras terão início em 2016 e os parques – no Estado do Piauí – terão capacidade instalada de 206 MW.

A companhia já tem tradição no mercado de energia. Conta com um parque gerador com capacidade instalada de 2.604 MW, sendo 32 usinas hidrelétricas e 5 usinas de cogeração. Criada em 1996 para gerir os ativos energéticos da companhia, a Votorantim Energia

especializou-se na construção e operação de usinas hidrelétricas. “Ao longo dos anos, desenvolvemos uma expertise junto às empresas da própria companhia que nos gerou um diferencial na oferta de serviços para outros clientes, na compra e venda de energia, gestão comercial e eficiência energética”, diz Fabio Zanfelice, presidente da Votorantim Energia.

“Esse projeto é um marco na história da Votorantim, pois representa nossa entrada no mercado de energia eólica. Diversificamos nossa matriz energética ao ampliarmos nossa geração com mais uma fonte de energia limpa, com tecnologia de ponta e inovadora.

Demos o primeiro passo para crescer no mercado de energia eólica”, diz João Miranda, diretor presidente da Votorantim Industrial.

De acordo com a empresa, após um profundo estudo do mercado eólico, a Votorantim adquiriu sete parques no interior do Piauí, para marcar a sua entrada nesse negócio e ampliar a matriz de geração da companhia. Os 98 aerogeradores serão produzidos pela espanhola Gamesa.

O árduo caminho percorrido do laboratório para a indústria

19/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Apesar de contar com estruturas consolidadas e vistas como referência, o ecossistema de centros de pesquisa aplicada do Paraná ainda enfrenta barreiras para atingir todo o seu potencial e alavancar a competitividade das indústrias do estado.

Responsáveis por levar novas tecnologias e processos inovadores para as linhas de produção, os centros encaram entraves que vão desde o desinteresse (ou desconhecimento) das próprias empresas, a dificuldade no acesso a recursos para bancar projetos em tempos de crise e a falta de diálogo entre o setor produtivo e as universidades.

Para pesquisadores e analistas ouvidos pela Gazeta, estas barreiras explicam em parte a ausência de iniciativas recentes para a criação de novos centros de pesquisa – além do alto investimento exigido para a construção e manutenção dessas estruturas.

Instituições como o Instituto Lactec, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) foram criadas entre as décadas de 1960 e 70, enquanto o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) soma 75 anos de existência.

“Não faz sentido criar centros de pesquisa por meio de decisões de cima para baixo. Não podemos trabalhar por oferta, mas sim por demanda, porque o dinheiro vai ficando cada vez mais escasso para fomento e você precisa se tornar autossuficiente. Mas no Brasil, a iniciativa privada ainda dá pouco valor para essas organizações”, resume o diretor-presidente do Tecpar, Júlio César Felix.

A delicada equação entre demanda e oferta é exemplificada por meio da atuação do Lactec como unidade credenciada da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

(Embrapii). O instituto paranaense recebeu autorização em agosto do ano passado para executar projetos de eletrônica embarcada para indústrias em nome da Embrapii, que banca até um terço do total do custo do projeto.

Apesar de o Lactec ter feito mais de 50 visitas de prospecções junto a indústrias neste ano, em todo o país, apenas três projetos foram contratados.

“O recurso subvencionado da Embrapii não banca 100% o custo do projeto, então a indústria precisa investir boa parte desse valor. Nosso objetivo talvez fosse já ter um número maior de contratos em andamento, mas considerando o cenário econômico, acreditamos que foi um bom resultado”, avalia o diretor de Operações Tecnológicas do Lactec, Lauro Elias Neto.

Pouco diálogo

Parte essencial no ecossistema de inovação de qualquer região, as universidades, que poderiam ser outra porta de entrada para o desenvolvimento de projetos de tecnologia, ainda carecem de proximidade com o mercado, avaliam especialistas.

A percepção – que não é de hoje – é de que a academia possui a infraestrutura necessária, mas não o traquejo para transformar teses e artigos em novos produtos e processos.

“O pesquisador muitas vezes não sabe negociar, ir até uma empresa, enquanto o empresário também tem dificuldade em se aproximar desse pesquisador e geralmente nem sabe o que a universidade faz. Essa é uma barreira a ser vencida, com a ajuda de associações empresariais, que poderiam inclusive indicar quais as necessidades (da indústria). É preciso estimular isso, porque as universidades já estão bem aparelhadas”, diz o reitor da PUCPR, Waldemiro Gremski.

Projeto de lei pode ajudar a aproximar pesquisadores e empresas

Um projeto em trâmite no Senado é uma das apostas para estimular as parcerias entre pesquisadores de universidades públicas e empresas. O PLC 77/2015, que veio da Câmara dos Deputados, prevê, entre outras ações, que os governos estaduais, municipais e federal poderão ceder o uso de imóveis para a instalação de incubadoras e parques tecnológicos e que os laboratórios dessas unidades poderão ser compartilhados pelos entes públicos e privados.

Além disso, o projeto aumenta de 240 horas/ano para 416 horas/ano a quantidade de tempo remunerado dedicado a pesquisas pelo professor de instituições federais de ensino superior.

O projeto se encontra atualmente em análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. “Os países que se destacam em inovação são os que conseguiram fazer um arranjo institucional baseado em uma boa articulação do governo local com os empresários, universidades e instituições de pesquisa.

Quando você tem numa mesma localidade esses vários entes focados, articulados, com ações cooperadas e complementares, este cenário começa a efervescer”, reforça a superintendente executiva da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Sheila Oliveira Pires.

A inovação como elo entre Universidades e Empresas

19/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

É senso comum afirmar que existe um distanciamento entre universidades e empresas. Esse distanciamento é reflexo de vários fatores, como editais direcionados que não incentivam a pesquisa conjunta; questões culturais, em que empresas não abrem suas

portas para alunos e professores realizarem pesquisas e tampouco destinam recursos para promovê-las; e, ainda, pesquisadores que não focam seus estudos em necessidades reais e latentes das empresas, tornando-os de pouca aplicação prática.

Este quadro acaba resultando em um desalinhamento de objetivos. A estrutura de pesquisa hoje do Estado não atende às demandas das empresas; por outro lado, as demandas não chegam aos centros de pesquisa, o que inviabiliza investimentos. Porém, acredita-se que a estrutura não seja o primeiro aspecto de discussão, mas sim as ações para diminuir esse *gap*.

A produção acadêmica deve fundamentar o desenvolvimento de alternativas tecnológicas (pesquisa e inovação) adaptadas às realidades das empresas e apoiar o desenvolvimento de sistemas de gestão. A tecnologia gerada no contexto da academia deve ser transferida de forma ágil às empresas para que desenvolvam produtos a serviço da sociedade.

A discussão de políticas públicas que estimulem a absorção de mestres e doutores nas organizações privadas; editais de pesquisas que fomentem a relação entre universidades e empresas, bem como investimentos por parte do setor privado em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) acima do que é atualmente praticado fazem parte de ações estratégicas para aproximação entre mercado e academia, que acabarão refletindo no processo de inovação.

Quebrando esse paradigma relacional podemos então iniciar a discussão sobre a estrutura e a necessária modernização dos centros de pesquisa.

Fábricas reduzem postos de trabalho

19/10/2015 – Fonte: EM.com

O emprego na indústria recuou 0,8% na passagem de julho para agosto, na série livre de influências sazonais, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o oitavo resultado negativo consecutivo em sequência. Com isso, o emprego industrial acumula recuos de 5,6% no ano e de 5,1% em 12 meses.

Já na comparação com agosto de 2014, o emprego industrial apontou queda de 6,9% em agosto deste ano. Trata-se do 47º resultado negativo consecutivo e a maior queda já registrada na série histórica da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes), que tem dados desde dezembro de 2001 nesse tipo de confronto, o que demonstra a contínua desaceleração no dinamismo do setor no país.

Depois de outros 46 meses consecutivos com resultados negativos para a mesma comparação, todas as 18 atividades pesquisadas apresentaram retrações neste período. Os ramos mais afetados foram os meios de transporte e o setor de máquinas e equipamentos, com recuos respectivos de 12,4% e 10,2%. Segundo o gerente da Pimes, André Macedo, os resultados negativos já eram esperados porque acompanham o movimento de queda na produção industrial, que já chega a 7,5% entre maio e agosto deste ano em comparação ao mesmo período de 2014.

“O cenário do mercado de trabalho permanece negativo, como já observamos há algum tempo. Isso não poderia ser diferente, na medida em que a produção industrial também apresenta trajetória descendente desde meados de 2013. Este é um reflexo direto das reduções dos investimentos e das contratações por parte dos empresários e ainda do baixo nível de confiança dos consumidores”, afirmou André Macedo.

O número de horas de trabalho pagas aos trabalhadores do setor industrial também teve recorde de registro de queda, com redução de 7,5% entre agosto de 2014 e de 2015. Já a retração acumulada do índice nos primeiros oito meses do ano foi de 6,2%. Mais uma vez,

o ramo mais atingido foi o de meios de transporte (-11,2%), seguido pela produção de metal (-10,8%).

Desde agosto do ano passado, o valor real da folha de pagamento dos trabalhadores da indústria caiu 8,4%. A taxa acumulada nos últimos 12 meses, ao mostrar redução de 5,6% em agosto de 2015, também apontou o resultado negativo mais intenso já registrado pela pesquisa, mantendo a trajetória descendente iniciada em janeiro de 2014 (1,6%). A exceção foi o setor extrativo, que mostrou expansão de 2,1% entre julho e agosto, depois de ter recuado 22,5% no mês anterior.

“Na comparação entre 2014 e 2015, observamos uma sequência de resultados negativos com aprofundamento da magnitude da queda, que alcançou recordes de registro neste mês. Além disso, o panorama negativo é acentuado porque os recuos estão espalhados em todas as atividades pesquisadas nos três quesitos: o número de pessoas trabalhando, a quantidade de horas pagas e o valor na folha de pagamento”, explica o técnico do IBGE.

Cenário E a tendência de novos cortes de vagas na indústria. As fábricas paulistas demitiram 18,5 mil trabalhadores em setembro (-0,94% ante agosto, com ajuste sazonal) e acumula saldo negativo de 138 mil cortes nos nove primeiros meses de 2015, segundo informou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O resultado no acumulado do ano já supera o de todo o ano de 2014, quando os cortes somaram 128 mil. Na comparação com setembro de 2014, são 229 mil vagas a menos, uma queda de 8,77%. “Há muito mau humor. Enquanto o fim do poço não chegar, é agonia E estamos na agonia ainda”, diz o diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Fiesp.

Meio milhão de brasileiros fica sem plano de saúde

19/10/2015 – Fonte: O Globo

A crise econômica afetou a saúde, e quase meio milhão de brasileiros deixou de contar com a proteção de planos de assistência médica nos primeiros sete meses deste ano. Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostram que o universo de 50,69 milhões de usuários registrado em janeiro foi encolhendo mês a mês e chegou em julho a 50,19 milhões.

A queda inverte a curva de crescimento do setor nos últimos anos e acompanha o aumento do desemprego, sobretudo no mercado formal. Das 492 mil pessoas que ficaram sem plano ou seguro-saúde, a grande maioria tinha plano empresarial, aquele pago pelas companhias para seus funcionários.

O movimento é percebido pelas operadoras, que consideram, porém, se tratar mais de uma desaceleração.

— O mercado de saúde suplementar tem registrado um avanço mais lento da base de beneficiários. Claro que uma das razões é o menor volume de contratação de planos empresariais, resultado da redução da atividade econômica.

Mas a preocupação com a saúde faz com que as famílias mantenham os planos e seguros de saúde mesmo após episódios de desemprego ou queda de remuneração — pondera Marcio Coriolano, presidente da FenaSaúde, entidade que representa 24 seguradoras de saúde.

FALTAM PLANOS INDIVIDUAIS

Mas, mesmo quando um trabalhador que ficou desempregado ou se aposentou faz um esforço para pagar um plano por conta própria, ele encontra obstáculo: contratar um

plano individual é missão quase impossível. Hoje, menos de 20% dos segurados contam com essa modalidade ([veja o infográfico com os tipos de plano de saúde](#)).

— A oferta de planos individuais é quase inexistente, e o que existe é monopolizado por poucas empresas, que cobram caro pelo serviço — avalia Joana Cruz, advogada especialista em Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Uma pesquisa realizada pelo Idec nas 27 capitais, no fim do primeiro semestre deste ano, identificou que em cinco delas (Belo Horizonte, Salvador, Macapá, São Luís e Vitória) o consumidor não tem qualquer opção de plano individual com cobertura completa (ambulatorial, hospitalar e obstetrícia). Em outras 11 capitais (Rio Branco, Maceió, Manaus, Salvador, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Belém, Boa Vista, Porto Alegre e Florianópolis), somente uma operadora — a Unimed — oferecia o serviço.

— O agravante é que, quando o consumidor encontra essa opção, pesa demais no bolso. A mensalidade inicial média de um plano com abrangência nacional para um usuário na faixa dos 30 anos compromete 40% de sua renda média. Diante disso, ou a pessoa opta por pagar, ou usa particular quando precisa ou vai parar no SUS (Sistema Único de Saúde) — complementa Joana.

No Rio, a oferta também é escassa. Levantamento feito pelo GLOBO na última quinta-feira com as dez operadoras com o maior número de beneficiários da cidade — 70% dos clientes da capital — mostra que apenas três vendem planos individuais (Unimed-Rio, Assim e Grupo Cemeru).

Para uma mulher de 45 anos, as mensalidades variaram entre R\$ 454,29 e R\$ 721,48. Amil, Bradesco Saúde, Golden Cross, Sul América Seguros, Memorial Saúde e Central Nacional Unimed não trabalham com a modalidade. As repórteres não conseguiram contato com a Notre Dame Intermédica, que está entre as dez maiores.

Foi por causa dessa dificuldade que o microempresário Ricardo Bahouth Kimaid se esforçou para manter o seguro-saúde da Sul América na categoria empresarial, que paga há cerca de dez anos. O contrato cobria três pessoas — ele, um dependente e uma funcionária.

O problema é que, após a aposentadoria da empregada, ele ficou com apenas duas pessoas no plano, número insuficiente para caracterizar a modalidade empresarial. Kimaid descobriu, então, que a operadora não vendia planos individuais.

— Se, após pagar por quase dez anos o plano de saúde como empresa, ela for diluída, eu fico descoberto, pois não há plano individual. Essa é mais uma das covardias que cometem com o cidadão, refém da inoperância e indiferença de nossos governantes. Isso porque, nos planos individuais, os aumentos giram em torno da inflação do período, já nos coletivos, o reajuste, que é livre, tem ficado muito maior, em torno dos 17% — reclama.

A SulAmérica informou que, por estratégia, não vende planos individuais desde 2004. Segundo a advogada especialista na área de saúde Renata Vilhena, para as operadoras não é vantajoso trabalhar com planos individuais porque, ao contrário do que acontece nas modalidades coletivas, o reajuste é regulado pela ANS, que determina o percentual máximo de aumento.

Este ano, foi de 13,55%, o maior da última década. Além disso, por ser um produto caro, em geral, quem paga os planos individuais são idosos ou pessoas com doenças crônicas, que usam muito os serviços, ou seja, custam caro para as operadoras.

— O mercado suspendeu a venda de planos individuais para driblar a proteção legal e poder cobrar uma mensalidade maior. Além disso, manter a venda dessa modalidade de

plano leva as operadoras a incorporarem em sua carteira grupos de risco, como pessoas idosas, que estão amparadas pelo rigor do limite dos reajustes e que usariam mais os serviços — diz a advogada.

OPERADORAS CONTRA TETO

O setor de saúde suplementar não esconde o descontentamento com a regulação. Para Coriolano, o controle de preços é um entrave que desestimula a venda de planos individuais.

— A política de reajustes desconsidera a evolução dos custos médicos, que crescem a índices superiores aos aumentos autorizados pelo regulador. A atuação da regulação deveria estimular a livre concorrência e o bom funcionamento dos livres mercados — disse Coriolano, ressaltando que os recursos dos planos de saúde são finitos e obtidos unicamente por meio do pagamento de mensalidades por cidadãos e empresas.

Pedro Ramos, diretor da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), reforça a crítica da FenaSaúde e acrescenta que o controle dos reajustes provoca desequilíbrio econômico-financeiro insustentável às empresas.

A extinção da Unimed Paulistana e a crise na Unimed-Rio, empresas fortes no mercado de planos individuais, reforçam o ponto de vista de Ramos. A cooperativa médica carioca, que está sob direção fiscal da ANS, encerrou 2014 com um prejuízo de R\$ 198 milhões.

Uma parte, R\$ 108 milhões, foi coberta pelo Fundo de Reserva. Os R\$ 90 milhões restantes devem ser pagos pelos médicos cooperados, mas a decisão precisa ser aprovada em assembleia marcada para o próximo dia 26.

Segundo a cooperativa, os resultados deste ano estão dentro da previsão e orçamento traçados, que estimavam um ano ainda de dificuldades. O plano previa várias medidas de redução de custos, cujos efeitos demorariam um certo período para aparecer.

A Unimed Brasil, que representa as cooperativas do sistema, afirma não haver qualquer evidência “de que os desafios enfrentados por operadoras de grande porte estejam relacionados à oferta de planos individuais”. Hoje, 40% dos clientes Unimed têm essa modalidade de plano.

PALAVRA DOS ESPECIALISTAS

Na visão de Ligia Bahia, professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da UFRJ, é um escândalo não ter plano individual:

— As empresas não fazem saúde. Dizem que têm margem de ganho pequeno, de 2%, mas são 2% de R\$ 150 bilhões. Tanto que elas não querem mudar o sistema, qualquer proposta que a gente faz não é aceita.

A maioria desses milhares de brasileiros que saíram dos planos de saúde este ano é terceirizado das empreiteiras. Não tinham plano de saúde, passaram a ter, perderam de novo junto com o emprego e agora não têm dinheiro para pagar por conta própria. E mesmo os que têm dinheiro não encontram planos individuais para comprar. Terão que optar por um plano por adesão, que é um falso coletivo.

São mais caros e têm menos garantias. Isso é um escândalo. As empresas deveriam ser obrigadas a oferecer planos individuais e a preços razoáveis. Quanto à ANS, tenho cada vez mais clareza de que nossa reguladora é muito fraca.

Já a advogada Renata Vilhena observa que as famílias costumam cortar o plano de saúde por último de seus orçamentos:

— Apesar dos altos índices de demissões de trabalhadores com carteira assinada, o que indica a perda de benefícios como o plano de saúde, eu acredito que, por parte das famílias, é a última despesa a ser cortada no orçamento familiar.

O consumidor pode ser demitido, ter o plano da empresa cortado, mas fará o possível e o impossível para contratar outro plano. A possibilidade de só ter o SUS para ser atendido assusta.

Principalmente a classe média. Mas, justamente para poder cobrar uma mensalidade maior, fugindo da rigidez dos planos individuais, poucas empresas ofertam essa modalidade.

Só é possível melhorar o acesso do cidadão à saúde suplementar mediante atuação transparente da Agência Nacional de Saúde, que deve ser administrada por pessoas isentas e não que tenham participado da diretoria de operadoras do setor.

A crise no mercado de trabalho

19/10/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A crise não poupa nem quem está conseguindo manter o emprego. Ela já cortou centenas de milhares de postos de trabalho – é bastante provável que o número de vagas formais fechadas em 2015 ultrapasse 1 milhão – e agora corrói a renda de quem continua empregado.

Mais de uma centena de categorias profissionais que fecharam acordos coletivos com os respectivos sindicatos patronais concordou com a redução do salário real – e até nominal, em alguns casos –, mesmo sem a garantia de preservação do emprego por determinado período.

Categorias que conseguiram negociar a correção integral dos salários com base na inflação tiveram de concordar com o parcelamento do reajuste. Só um pequeno número delas está conseguindo obter ganhos reais, e ainda assim menores dos que os alcançados nos acordos anteriores.

A resistência do mercado de trabalho era um dos raros aspectos ainda favoráveis da crise econômica. Um balanço feito há dois meses pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostrou que o quadro não era inteiramente desfavorável para os trabalhadores no primeiro semestre deste ano, pois as empresas ainda demonstravam condições de assegurar a preservação da renda de seus empregados.

Das 302 negociações coletivas de salários acompanhadas pela instituição, 207, ou 68,5%, haviam assegurado aos trabalhadores reajustes salariais acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), índice do IBGE utilizado como referência para atualizações salariais. Das restantes, 16,9% asseguraram a reposição integral da inflação e 14,6% tiveram como base índices de correção abaixo do INPC.

Embora ainda positivos para os trabalhadores, esses números já mostravam uma piora da situação, na comparação com anos anteriores. O percentual de acordos com reajustes iguais à variação do INPC, que não garantem ganho real, por exemplo, é superior ao observado em 2009, ano em que a crise financeira mundial afetou mais fortemente a economia brasileira. Já o índice de acordos com redução do salário real é o maior desde 2008, ano do início da crise mundial. Quanto ao aumento real médio, de 0,51%, é o menor dos últimos oito anos.

A deterioração das condições do mercado de trabalho acentuou-se no segundo semestre. Como mostrou reportagem de Cleide Silva publicada pelo Estado, neste ano, até agosto,

foram fechados 111 acordos coletivos com redução nominal dos salários dos integrantes das categorias profissionais por eles abrangidos. O fato de, em média, os acordos de julho registrarem perda real de salário de 0,3% indica clara mudança em relação aos meses anteriores.

Em todo o ano passado, apenas quatro acordos resultaram em queda nominal de salários, de acordo com levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, com base em dados do Ministério do Trabalho.

Categorias que, por suas dimensões ou importância no sistema produtivo, têm tido maior poder de barganha do que as demais nas negociações com os empregadores renovarão seus acordos coletivos nos últimos meses do ano. Entre elas estão as dos metalúrgicos, bancários, químicos e petroleiros.

Não serão negociações simples e é possível que nenhuma das partes as conclua de maneira que suas bases considerarão satisfatória. Inflação que pode chegar a 10% e recessão que deve fazer o PIB encolher 3% em 2015 não deixam muito espaço para negociações.

Com base nas regras do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), mas sem aderir formalmente a ele, empresas, sobretudo do setor metalúrgico, estão concluindo diretamente com seus empregados acordos que preveem redução de jornada e respectiva redução de salário, em troca da garantia temporária de emprego.

O empregado assegura sua renda, ainda que menor, e a empresa evita perder quadros treinados e incorrer em custos de demissão. Já foram concluídos 111 acordos com essas condições, de acordo com reportagem do jornal Valor. As partes perdem um pouco, mas evitam que se perca tudo.

Qualicorp pagará R\$1,47 por ação em redução de capital

19/10/2015 – Fonte: Reuters

A Qualicorp informou nesta segunda-feira que pagará como restituição a acionistas montante bruto de 1,468959284 real por ação em 29 de outubro como resultado de uma redução de capital que não teve objeção de credores.

Assembleia de acionistas da empresa de planos de saúde havia aprovado em agosto proposta de redução do capital social da empresa em 400 milhões de reais, com distribuição de recursos aos investidores.

Segundo fato relevante publicado nesta segunda-feira, não houve oposição de credores à operação, cujas manifestações tinham prazo para serem recebidas na última sexta-feira. Detentores de ações da empresa na data-base de 19 de outubro terão direito ao recebimento de restituição de capital.

Produção de minério de ferro da Vale atinge recorde

19/10/2015 – Fonte: O Globo

A produção de minério de ferro da Vale atingiu 88,2 milhões de toneladas no terceiro trimestre de 2015, representando a maior produção trimestral da história da companhia, informou a mineradora nesta segunda-feira. O volume é 2,9% maior que o registrado no terceiro trimestre de 2014.

O recorde de produção exclui o minério adquirido de terceiros e a produção atribuível à Samarco, empresa brasileira na qual a Vale detém 50% — a outra metade é da mineradora australiana BHP Billiton.

O recorde foi atingido com o aumento de produtividade das minas em operação, que compensaram a paralisação das minas menos eficientes. Em relação ao segundo trimestre, a produção própria da Vale subiu 3,4%.

“Como parte da nossa estratégia previamente anunciada, operações menos eficientes, incluindo plantas de beneficiamento nas operações de Feijão, Jangada, Pico, Fábrica e Brucutu e totalizando capacidade anualizada de 13 milhões de toneladas, foram paralisadas no terceiro trimestre.

No entanto, os ganhos de produtividade em outras operações parcialmente compensaram a paralisação da produção nas plantas de beneficiamento”, disse a companhia em nota. Também houve redução na compra de minério de terceiros no período.

Nos nove primeiros meses do ano, a produção própria também foi recorde, de 248 milhões de toneladas, ou 5% a mais que no mesmo período de 2014.

PRODUÇÃO DE CARVÃO DESPENCA

A produção de pelotas da Vale, excluindo a produção atribuível à Samarco de 10,7 milhões de toneladas, atingiu 35,8 milhões de toneladas no acumulado do ano, também um recorde.

Segundo a companhia, o marco foi possível, principalmente, devido ao *ramp-up* (início de operação) da unidade de Tubarão 8 e ao bom desempenho das unidades de Omã, Vargem Grande e Fábrica.

A produção de carvão somou 2 milhões de toneladas, 12,3% menor do que no terceiro trimestre de 2014, refletindo a interrupção das operações das minas australianas Integra Coal e Isaac Plains. Em relação ao segundo trimestre, houve alta de 2%.

A produção de níquel foi de 71.600 toneladas no terceiro trimestre, leve queda de 0,7% em relação a igual período de 2014. Na comparação com o segundo trimestre de 2015, a produção foi 6,7% superior.

A produção de cobre foi de 99.300 toneladas no terceiro trimestre, 5,3% abaixo do registrado no segundo trimestre, como resultado de uma parada planejada de manutenção em Sudbury.

Mercado já prevê queda de 3% para o PIB neste ano

19/10/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Depois do terceiro recuo consecutivo na margem do IBC-Br de agosto, o Relatório de Mercado Focus trouxe mais uma revisão para o Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o documento divulgado nesta segunda-feira, 19, pelo Banco Central, a perspectiva de retração da economia este ano passou de 2,97% para 3,00% - um mês antes estava em queda de 2,70%. Para 2016, a mediana das previsões saiu de -1,20% para -1,22%. Quatro semanas atrás estava negativa em 0,80%.

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro caiu 2,6% no segundo trimestre deste ano na comparação com o primeiro e 1,9% ante o mesmo período de 2014. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, o BC revisou de -1,1% para -2,7% sua estimativa para a retração econômica deste ano.

As previsões para o IPCA subiram pela 11ª vez consecutiva. Segundo o documento, a mediana para a inflação de 2016 passou de 6,05% para 6,12%, se aproximando cada vez mais do teto da meta de 6,50%. Um mês atrás estava em 5,70%.

Já as projeções para a inflação deste ano subiram de 9,70% para 9,75%. Há quatro semanas, estavam em 9,34%. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, o BC havia apresentado estimativa de 9,5% para este ano tanto no cenário de referência quanto no de mercado.

Pelos cálculos da instituição revelados no RTI, o IPCA para 2016 subiu de 4,8% para 5,3% no cenário de referência e passou de 5,1% para 5,4% no de mercado.

No caso da produção industrial, não houve mudanças nas previsões: a mediana das expectativas seguiu em baixa de 7,00% para 2015 e se manteve em queda de 1,00% para 2016. Há quatro semanas, as medianas destas previsões eram de, respectivamente, -6,45% e +0,20%.

Superávit comercial

O Relatório de Mercado traz boas notícias do setor externo. De acordo com o documento, a mediana das estimativas para o superávit da balança comercial de 2015 subiu de US\$ 12,99 bilhões para US\$ 13,20 bilhões de uma semana para outra.

Quatro boletins atrás, estava em US\$ 10 bilhões. Para 2016, houve estabilidade da estimativa mediana de US\$ 25 bilhões de uma semana para outra – quatro edições atrás do documento, estava em US\$ 21,30 bilhões.

No caso das previsões para a conta corrente, o mercado financeiro também seguiu com a tendência de ajustes para melhor: a expectativa de um déficit de US\$ 65,50 bilhões foi substituída pela previsão de um rombo menor, de US\$ 65 bilhões. Quatro semanas atrás, a projeção era de déficit de US\$ 71 bilhões.

Já para 2016, a perspectiva de saldo negativo deu mais um passo largo esta semana, passando de US\$ 50 bilhões para US\$ 47,75 bilhões – um mês antes estava em US\$ 65 bilhões.

Com esse movimento de redução, os analistas consultados semanalmente pelo BC estimam que o ingresso de investimentos para o setor produtivo já poderá cobrir integralmente o resultado deficitário em 2016, como já prevê o Banco Central para este ano.

Vale bate recorde de produção de minério de ferro em 2014

19/10/2015 – Fonte: Época Negócios

A produção de minério de ferro da Vale em 2014 atingiu 319,215 milhões, crescimento de 6,5% em relação ao visto um ano antes. Com esse desempenho, a mineradora brasileira superou em 7,2 milhões de toneladas a meta divulgada ao fim de 2013, de 312 milhões de toneladas de minério de ferro para 2014.

Além disso, esse volume garantiu que a companhia batesse recorde de produção anual de minério de ferro. Considerando a compra de minério de ferro de terceiros, o volume atingiu 331,556 milhões de toneladas no ano passado, alta de 6,8% na relação anual, informou a companhia em seu relatório de produção, divulgado nesta quinta-feira (19/02).

Já no quarto trimestre de 2014, a produção própria da Vale ficou em 82,973 milhões de toneladas, expansão de 2,1% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, mas queda de 3,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Com a compra de terceiros, o volume foi a 86,297 milhões de toneladas, aumento de 2% na comparação com o último trimestre de 2013. Ante o intervalo imediatamente anterior houve um decréscimo de 2,7%.

Em Carajás a Vale informou que a produção anual de 119,7 milhões de toneladas foi recorde, com 14,8 milhões de toneladas acima do volume observado em 2013. Em Carajás também foi anotado recorde trimestral no quarto trimestre de 2014. No sistema Sul, a produção de 86,3 milhões de toneladas foi a maior marca desde 2007.

Pelotas

Em 2014 a produção de pelotas atingiu 42,965 milhões de toneladas, alta de 10,2% em relação ao registrado em 2013. No quarto trimestre do ano passado a produção foi de 11,642 milhões de toneladas, alta de 11,8% na relação anual e de 1,7% na trimestral.

Segundo a companhia, a produção de pelotas, excluindo o volume da Samarco, ficou 800 mil toneladas abaixo da meta para o ano.

Níquel

A produção de níquel somou 275 mil toneladas, aumento de 5,7% em relação ao observado em 2013, informou a companhia em seu relatório de produção. No quarto trimestre do ano passado a produção foi de 73,6 mil toneladas, alta de 8,4% na relação anual e de 2,1% na trimestral.

Segundo o documento divulgado pela companhia, a produção anual de níquel foi a sua melhor marca desde 2008, mesmo com a paralisação por quase dois anos das operações da Vale Nova Caledônia (VNC) ao longo do ano passado. A VNC, inclusive, registrou recorde de produção anual, destacou a mineradora brasileira.

A unidade de Onça Puma também quebrou recorde anual, com produção de 21 mil toneladas em 2014. Já a produção de cobre da mineradora atingiu no ano passado 379,7 mil toneladas, expansão de 2,6% em relação ao visto um ano antes.

No último trimestre do ano passado, o volume foi de 105,4 mil toneladas, alta de 11,4% em relação a igual período de 2013 e leve aumento de 0,6% em relação ao terceiro trimestre. Em cobre a Vale afirma que também bateu recorde de produção anual.

Potássio

A produção de potássio em 2014 foi de 492 mil toneladas, estável em relação ao observado um ano antes. Com esse desempenho, a Vale ficou 8,9% abaixo da meta estabelecida para o ano.

Segundo a companhia, isso ocorreu devido à exaustão da mina. Considerando o volume de produção dos últimos três meses do ano se anotou 147 mil toneladas, alta de 16,4% na relação anual, lembrando que nesse trimestre houve parada de manutenção. Já a produção anual de rocha fosfática ficou em 8,421 milhões de toneladas, alta de 1,7% em relação ao observado um ano antes.

A produção ficou 200 mil toneladas abaixo da meta estabelecida para o ano. No quarto trimestre, por sua vez, a produção foi de 2,209 milhões de toneladas, queda de 3,4% na relação anual. Ante o período imediatamente anterior houve um aumento de 2,4%.

Carvão

A produção de carvão atingiu 8,645 milhões de toneladas no ano passado, queda de 1,4% em relação ao observado em 2013. Esse desempenho ficou em 2,1 milhões de toneladas abaixo da meta para o ano, o que ocorreu, segundo a Vale, por causa do pior desempenho de Carborough Downs (CD) e à interrupção das operações de Integra Coal no segundo semestre de 2014, devido aos preços do carvão.

No quarto trimestre a produção foi de 2,31 milhões de toneladas, alta de 2,3% na relação anual. De acordo com o relatório de produção, esse aumento é devido à melhor

performance de Moatize, que registrou uma produção de 1,4 milhão de toneladas, recorde trimestral.

Para reduzir custos, empresas levam produção para casa

19/10/2015 – Fonte: Exame

Se cortar custos e aumentar a produtividade já era parte da estratégia das empresas brasileiras, na crise essas duas metas viraram um mantra, repetido exaustivamente por empreendedores e executivos.

Como parte desse movimento, há companhias aumentando suas apostas na verticalização e levando para dentro de casa processos que antes estavam nas mãos de terceiros.

Algumas passaram a correr atrás disso depois que a situação econômica começou a apertar. Outras já estavam com projetos engatilhados há mais tempo e estão se beneficiando agora dos ganhos de margem que, em momentos de retração, podem fazer a diferença.

É o caso, por exemplo, da divisão de agronegócios da Algar, que responde por 43% da receita do grupo mineiro.

Em setembro, a empresa encerrou o contrato com a fornecedora de embalagem para o óleo de soja e passou a fabricar internamente, depois de investir R\$ 40 milhões em uma fábrica, que tem capacidade de produzir 25 milhões de unidades por mês.

"Quando esse projeto começou o sentimento de crise ainda não era tão profundo como é hoje, mas digamos que foi tudo providencial", diz Murilo Braz Sant'Anna, CEO da Algar Agro.

"Em momentos de baixo crescimento, o mercado não está disposto a te dar margem e remunerar com preço. É preciso fazer a tarefa dentro de casa."

Embora não revele quanto conseguiu economizar com a mudança, Sant'Anna ressalta que a embalagem representa 25% do custo do produto.

Outra companhia que também está buscando fazer mais dentro de casa é a fabricante de biscoitos e massas M.Dias Branco. A empresa investiu R\$ 250 milhões no primeiro semestre deste ano, valor que contemplou a construção de dois novos moinhos de trigo e aquisição de outra unidade.

Na divulgação de resultados do segundo trimestre, a indústria informou que 78,1% da farinha consumida pela companhia é produzida em moinhos próprios, índice que era de 72,4% no mesmo período do ano passado.

Para gorduras, o percentual aumentou de 59,9% para 92,5% no mesmo período. A empresa informou, em relatório trimestral, que a maior verticalização da produção trouxe reduções de custo.

"É uma vantagem competitiva para as fabricantes de biscoito ser donas de moinho. Elas têm controle do preço da matéria-prima e têm um custo mais competitivo", explicou o presidente da consultoria de gestão Naxentia, Vincent Baron.

Na pequena cidade de Pomerode, em Santa Catarina, a alemã Netzsch Moagem investiu R\$ 20 milhões para produzir internamente peças que eram obtidas com um grupo de cerca de 50 fornecedores.

Agora, a fábrica onde são produzidos equipamentos para a indústria de alimentos, de tinta e para agronegócios, tem 9,5 mil m² - área que é três vezes maior que a original.

"O investimento foi feito para reduzir custos e aumentar o controle da empresa sobre a qualidade do produto", afirmou o diretor geral da empresa, Giuliano Albiero. "Nosso custo de produção caiu 8%."

Antes da inauguração da fábrica, em julho, entre 70% e 80% das peças eram feitas em fábricas de parceiros. Hoje esse número caiu para cerca de 30%. O prazo médio de produção caiu de quase quatro meses para dois meses com a verticalização.

Albiero destaca, no entanto, que não vale a pena para a indústria produzir todas as suas peças. "Nosso negócio é suscetível à economia. Se aumentamos a capacidade, temos de sustentar essa estrutura mesmo se não houver demanda."

A 30 km de Pomerode, em Jaraguá do Sul, a fabricante de motores WEG já adota essa estratégia há muito tempo. No passado, a empresa já teve de produzir tudo que fosse possível dentro de casa, por falta de fornecedores na região.

"Hoje é uma estratégia. Tudo que tem tecnologia e podemos agregar valor fazemos na nossa fábrica", disse o diretor superintendente da WEG Motores, Luis Alberto Tiefensee.

Ele explica, no entanto, que a empresa precisa de escala para viabilizar a produção dos componentes internamente. Assim, algumas de suas subsidiárias nascem abastecidas por fornecedores locais e, só depois que o negócio ganha escala, a companhia investe na verticalização.

Lucro do Morgan Stanley cai para US\$ 1,02 bilhão no terceiro trimestre

19/10/2015 – Fonte: EM.com

O Morgan Stanley informou que seu lucro recuou para US\$ 1,02 bilhão (US\$ 0,48 por ação) no terceiro trimestre, em meio à volatilidade nos mercados, o que pressionou a atividade de negociações. Em igual período de 2014, o banco sediado em Nova York havia registrado lucro de US\$ 1,69 bilhão (US\$ 0,83 por ação).

A receita do Morgan Stanley recuou de US\$ 8,91 bilhões no terceiro trimestre do ano passado para US\$ 7,77 bilhões no terceiro trimestre de 2015. Excluindo ajustes contábeis, a receita ficou em US\$ 7,33 bilhões, menos que os US\$ 8,54 bilhões esperados pelos analistas.

Excluindo-se ajustes do valor de sua dívida e reservas legais, o lucro ficou em US\$ 0,42 por ação. Analistas ouvidos pela Thomson Reuters previam US\$ 0,62 por ação.

Sob o comando do executivo-chefe James Gorman, o banco tem realizado mudanças para se distanciar de negócios mais arriscados, como operações em commodities nos mercados à vista, privilegiando áreas de maior segurança, como o gerenciamento da riqueza dos clientes.

Ainda assim, 40% da receita da companhia estava atrelado às negociações de títulos no primeiro semestre, em uma prova de que o banco não está imune à volatilidade dos mercados nos últimos meses.

As ações do Morgan Stanley já recuaram 13% desde o início de 2015, acima da baixa de 4,4% no índice KBW de ações do setor bancário no mesmo período. Após a divulgação do balanço, o papel do Morgan tinha baixa de 5,18%, no pré-mercado em Nova York, às 9h13 (de Brasília).

Sistema Fiep realiza caravana para definir linhas de ação dos próximos anos

19/10/2015 – Fonte: Agência FIEP



O Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) inicia na próxima semana uma nova série de encontros de Planejamento Estratégico. Uma caravana composta pelo presidente Edson Campagnolo e gestores do Sistema Fiep percorrerá todas as regiões do Estado para dialogar com representantes de sindicatos filiados e lideranças industriais, com o objetivo de definir o foco de atuação da entidade nos próximos anos, pensando na competitividade do setor industrial paranaense.

O primeiro encontro acontece em Pato Branco, na terça-feira (20). A caravana passará também por Cascavel (21/10), Maringá (22/10), Londrina (23/10), Ponta Grossa (30/10) e Curitiba (03/11).

A definição conjunta das prioridades para o trabalho do Sistema Fiep já foi adotada por Campagnolo em sua primeira gestão, iniciada em 2011. “Agora iniciamos uma nova gestão, com uma nova diretoria, e pelo momento de turbulência atravessado pela indústria paranaense e brasileira atualmente, é ainda mais importante ouvir as bases do Sistema Fiep para definirmos, em conjunto, nossas principais linhas de atuação”, afirma o presidente.

Durante o encontro, será apresentado um amplo levantamento socioeconômico que possibilitará aos participantes analisar a situação do Paraná em relação ao Brasil, além de comparar os indicadores do país com os de outras nações.

“Queremos mostrar que, mesmo vivendo um momento de graves problemas econômicos e políticos, o Brasil ainda tem um grande potencial para crescer e se desenvolver. E que, mesmo na crise, a indústria pode aproveitar inúmeras oportunidades caso consiga alavancar sua competitividade”, explica o presidente do Sistema Fiep.

Priorização

Com essa visão geral do cenário e pensando na atuação de Fiep, Sesi, Senai e IEL, os participantes serão instigados a opinar sobre caminhos para que o setor industrial supere as dificuldades e retome o caminho do crescimento.

Para guiar o trabalho de priorização, será apresentada uma série de fatores-chave para a competitividade da indústria, abrangendo questões como educação, inovação, produtividade, sustentabilidade, financiamento, ambiente macroeconômico e eficiência do Estado, entre outros.

Dentro de cada um dos fatores, os participantes darão notas para diferentes desafios que devem ser enfrentados para que as empresas e o setor industrial como um todo evoluam nessas áreas.

Baseado nos desafios eleitos como os mais importantes para o aumento da competitividade do segmento é que o Sistema Fiep definirá suas linhas de ação para os próximos anos.

Confira a programação da caravana de Planejamento Estratégico:

Pato Branco

Data: 20/10

Horário: 9h às 13h

Local: Auditório do Sistema Fiep – Teatro Sesi

Cascavel

Data: 21/10

Horário: 14h às 18h

Local: Unidade Sesi/Senai

Maringá

Data: 22/10

Horário: 14h às 18h

Local: Instituto Senai de Tecnologia em Metalmeccânica

Londrina

Data: 23/10

Horário: 9h às 13h

Local: Unidade do Sesi

Ponta Grossa

Data: 30/10

Horário: 14h às 18h

Local: Unidade do Sesi

Curitiba

Data: 03/11

Horário: 14h às 18h

Local: Campus da Indústria

Greve de peritos do INSS impõe calvário a milhares de contribuintes

19/10/2015 – Fonte: Correio Braziliense



Enfrentar uma doença incapacitante é uma das piores coisas que podem acontecer com uma pessoa. Se, além disso, ela passa a ter dificuldade pagar as contas, vê seu nome sujo por inadimplência e passa a enfrentar até mesmo falta de comida à mesa, pode-se dizer que sua vida virou um inferno.

É o que está acontecendo com milhares de contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujos peritos estão em greve desde o início do mês passado.

A atendente de telemarketing Sandra Rezende, 37 anos, afastada do serviço por hérnia na coluna, está há 10 meses sem receber o pagamento do auxílio-doença. Na sexta-feira, Sandra, que não consegue caminhar, foi com o marido ao posto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Taguatinga.

Ela chegou às 7h e enfrentou fila de 80 pessoas no guichê de triagem antes de esperar para ser atendida pela única médica que estava trabalhando naquela manhã. O posto deveria contar com 13 peritos, mas quatro estão afastados por licença médica. Os outros oito estão de braços cruzados.

No começo do ano passado, Sandra foi considerada inapta, passou por cirurgias, teve que entrar em licença. Seis meses depois, o INSS decidiu que ela estava em condições de trabalhar. Os médicos da empresa discordaram.

O jeito foi recorrer à Defensoria Pública. Depois de passar por exames com peritos da Justiça do Trabalho, o juiz decidiu que Sandra deveria ter novamente direito ao benefício. Mesmo assim, ela não conseguia receber o pagamento por um problema na conexão entre o sistema do INSS e o do banco. "O dinheiro fica no limbo até alguém ir lá e reclamar", queixa-se a atendente. Foi informada que deveria ir ao perito de novo.

Produção de níquel da Vale no 3º tri recua 0,7% ante mesmo trimestre de 2014

19/10/2015 – Fonte: R7

A produção de níquel da Vale no terceiro trimestre do ano chegou em 71,6 mil toneladas, queda de 0,7% na relação trimestral. No acumulado do ano a produção foi de 208 mil toneladas, alta de 3,1% em relação ao observado um ano antes.

Já a produção de cobre foi de 99,3 mil toneladas no trimestre passado, recuo de 5,3% ante o visto no terceiro trimestre de 2014. De janeiro a setembro a produção de níquel chegou a 311 mil toneladas, crescimento de 13,5% na relação anual.

De acordo com o relatório de produção da mineradora, a produção das minas de Sudbury alcançou 18,3 mil toneladas no terceiro trimestre, 56,8% acima do trimestre imediatamente anterior.

A produção aumentou no intervalo conforme estoques acumulados foram consumidos após um incêndio no quadro de distribuição elétrica das operações de processamento de matte no segundo trimestre deste ano.

Salobo

A produção de cobre contido no concentrado em Salobo somou 40,1 mil toneladas no terceiro trimestre do ano, em consequência do ramp-up de Salobo. Segundo a Vale, o aumento de produção foi mais fraco do que o esperado em julho "Esperamos que Salobo alcance uma taxa de utilização de 100% da capacidade no quarto trimestre de 2015".

Potássio

A produção de potássio no trimestre passado foi de 125 mil toneladas, queda de 10,9% na relação anual. No acumulado do ano a produção chegou em 344 mil toneladas, queda de 0,4%

-